

Parte II – Sujeitos em processo e argumentos em circulação
Capítulo 4 – Os desafios dos enquadramentos administrativos e das classificações identitárias

Silvia Aguião

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, A. Os desafios dos enquadramentos administrativos e das classificações identitárias. In: *Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo* [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, pp. 179-235. Sexualidade, gênero e sociedade. Sexualidades e cultura collection. ISBN 978-85-7511-489-6.
<https://doi.org/10.7476/9788575115152.0009>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 4

OS DESAFIOS DOS ENQUADRAMENTOS ADMINISTRATIVOS E DAS CLASSIFICAÇÕES IDENTITÁRIAS

Cena 5 – Maio de dois mil e onze

Sede da Secretaria de Direitos Humanos, Brasília. Local de uma reunião de “Gestores LGBT” com duração de dois dias.

A reunião começou depois de dois outros eventos de público mais amplo – o VIII Seminário LGBT do Congresso Nacional e a II Marcha Nacional contra a Homofobia – e dois dias antes da 2.^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional LGBT. Esses dois dias de encontro de gestores foram chamados pela Coordenação LGBT da Secretaria de Direitos Humanos por meio do próprio site da SDH e, a pedido da SDH, o convite para a reunião também circulou em algumas listas de e-mails populares entre pessoas, grupos e organizações envolvidas com movimentos LGBT. Segundo esse e-mail, os gestores interessados em participar da reunião deveriam entrar em contato com a SDH. Essa introdução é pertinente, pois o primeiro dia de reunião começou com uma

reclamação contundente por parte dos cerca de trinta gestores e gestoras presentes direcionada ao coordenador LGBT da SDH.

A reclamação, enunciada por um gestor, mas acordada em consenso entre todos em conversa prévia, tratava do não recebimento de um “ofício” ou “convite oficial” da SDH para a participação na reunião. Os presentes postulavam que “nós, gestores estaduais e municipais que recebemos e executamos a demanda, [...] ficamos sabendo da reunião através de listas de discussão do movimento social, [...] nós não somos movimentos social”.¹ A reclamação trazia embutido um tom de crítica ao modo “não profissional” como a SDH vinha conduzindo o processo, sem “ofícios” e outras documentações que formalizassem o encontro. Diante disso, o coordenador nacional LGBT procurou esclarecer que, com as mudanças de governo, a SDH não sabia exatamente quem eram os secretários aos quais deveria enviar um convite formal, tampouco existia uma lista de contatos atualizada dos “gestores LGBT”. Por isso, pensou que a circulação do convite nas listas dos movimentos sociais produziria um efeito de divulgação satisfatório e que, a partir do contato dos próprios gestores, os “ofícios” necessários poderiam ser encaminhados. Essa explicação não satisfaz os reclamantes. Cabe pontuar que o coordenador nacional LGBT havia tomado posse há poucos meses e, naquele momento, parecia ser esse o seu primeiro cargo de gestão governamental. Durante a reunião foram frequentes as falas dos gestores que buscavam ensinar a melhor maneira e os trâmites burocráticos mais adequados a serem seguidos por um “gestor de governo”.

Além da ausência de “ofícios”, os gestores municipais e estaduais ali reunidos ainda expuseram outro incômodo: o fato de não terem assento no Conselho Nacional LGBT em momento considerado particularmente importante, pois o Conselho deliberava sobre a organização da II Conferência Nacional, evento cuja execução

¹ Falas reconstruídas a partir de anotações do diário de campo.

seria de responsabilidade dos gestores. Diante disso, foi a vez de a Coordenação da SDH esclarecer que não teria gerência sobre as decisões do Conselho. Assim, os próprios gestores deveriam se organizar para pleitear essa vaga e, enquanto isso não acontecia, procurar elaborar um documento formalizando as suas reivindicações em relação à organização da Conferência e entregá-lo diretamente no dia da reunião do Conselho. No encerramento da reunião, quando encaminhamentos relativos à produção desse documento estavam sendo feitos, uma das duas transexuais presentes pediu a palavra para uma “questão de ordem”, já que teria que deixar o encontro antes dos demais: “Nós, que somos as únicas mulheres trans aqui, as únicas transgestoras, e não estaremos presentes na reunião do Conselho amanhã, vamos conversar diretamente, ainda hoje, com a nossa presidenta [da ANTRA, com assento como membro efetivo do Conselho] e pedir que haja sensibilidade e compreensão para as nossas questões”.

Nesse momento, a separação entre movimento social e gestão pública foi posta de lado, pois se colocava a necessidade de articulação de *lobby* para questões de interesse político. O que aconteceu foi o manejo e o acionamento de identidades particulares, bem como de redes pessoais vinculadas ao movimento social e não à gestão pública, que inúmeras vezes durante a reunião teve destacado o seu caráter “profissional”, de oficializar meios de comunicação e troca de informação entre gestores.

“O TRIPÉ DA CIDADANIA”: A RELAÇÃO ENTRE DEMANDAS E FORMATOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

A situação reconstruída acima é ilustrativa dos tipos de desafios e disputas que envolvem a constituição e a gestão de organismos voltados para a “população LGBT”. Nos últimos anos, é notável a criação de instâncias administrativas nos níveis estaduais e municipais direcionadas

a oferecer serviços e promover “direitos LGBT”. Nessa cena, destaco um ponto que ganhou progressiva relevância durante o trabalho de campo: a disputa entre as técnicas administrativas com que opera a gestão pública e certo *modus operandi* praticado pelo movimento social.

Vale mencionar que, na situação descrita, quase todos os gestores presentes tiveram uma carreira anterior mais ou menos atuante em organizações de militância LGBT ou de mulheres. Parece haver um processo de conversão burocrática (no sentido weberiano) da lógica de funcionamento mais pessoalizada, tida como própria de algumas organizações de movimento social, para um caminho de crescente rotinização administrativa característica das repartições públicas (Weber, 1974). A crença no estado burocratizado, ou “na ideia abstrata e ‘objetiva’ das ‘razões de Estado’”, apostaria que um “sistema de razões racionalmente debatíveis se oculta atrás de cada ato da administração burocrática” (Weber, 1974, p. 256). Em torno desse tipo de convicção, estabelecem-se disputas a respeito de quem é mais profissional, eficaz e competente.

O “tripé da cidadania” é a fórmula que vem sendo utilizada para expressar uma das principais reivindicações do movimento LGBT na atualidade e se refere à implantação de três medidas nas esferas municipais e estaduais de governo: coordenadorias LGBT, conselhos LGBT e planos de combate à homofobia nos níveis locais. Outro aparato que vem se multiplicando nos últimos anos são os centros de referência. Em 2005, a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) lançou um edital para [o] desenvolvimento de atividades de Prevenção e Combate à Homofobia, por intermédio da implantação e manutenção de Centros de Referência em Direitos Humanos que contemplem o combate à discriminação e à violência contra o segmento de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais – GLTB. Podiam se candidatar à chamada “instituições públicas, de âmbito federal, estadual e municipal, bem como as organizações não governamentais sem fins lucrativos, legalmente constituídas”.²

² Em janeiro de 2013, o edital ainda podia ser visualizado no endereço: www.mj.gov.br/sedh/ct/edital_homofobia.doc.

Segundo Mello et al. (2012)³, no ano de 2005, foram instalados 15 centros de referência e, no ano de 2006, outros 30 centros. Também em 2006, os projetos foram estendidos para universidades, com o investimento na implementação de “Núcleos de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (NRDHCH) em oito instituições públicas de ensino superior”. Entretanto, os autores revelam certo ceticismo em relação à efetividade dessas ações. Em novembro de 2008, foi realizado pela SDH um seminário de Capacitação dos Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia e dos Núcleos de Pesquisa e Promoção da Cidadania LGBT. De acordo com os autores, nesse encontro foi feita uma tentativa de avaliação das atividades conduzidas pelos núcleos e centros e “a tônica dos discursos de representantes dos diversos estados foi a descontinuidade dos trabalhos, tendo em vista a escassez de recursos e a dificuldade de sustentabilidade dos projetos, sem o apoio financeiro da SDH ou dos governos estaduais e municipais” (p. 297).

Um relatório sobre o monitoramento do Plano Nacional LGBT, divulgado pela SDH no 1.º semestre de 2010, apontou a implantação de 29 Centros de Referência no final daquele ano. Não existem informações sistematizadas e atualizadas periodicamente sobre a existência de coordenadorias, conselhos, centros de referência ou planos de promoção de direitos LGBT nos níveis estaduais ou municipais.⁴

Da reunião em que estive presente, em maio de 2011, destaco de maneira resumida como alguns dos gestores presentes expuseram, com mais ou menos detalhes, as iniciativas existentes nos estados e nos municípios que ali representavam. Certamente essa não é uma visão

³ Mello et al. (2012). O conteúdo do artigo faz parte do relatório da pesquisa “Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar”, desenvolvida pelo Sertão – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade e financiada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Os resultados da pesquisa podem ser encontrados em: <http://www.sertao.ufg.br/politicaslgbt/>.

⁴ Um levantamento não muito aprofundado de políticas existentes na época pode ser encontrado no texto-base da II Conferência Nacional LGBT, sob o subtítulo “Diagnóstico das Políticas Públicas”. E uma exceção mais recente foi a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic) realizada pelo IBGE, referente ao ano de 2012, que verificou que cinco estados possuíam Conselhos voltados a direitos LGBT: Pará, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás (Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/estadic/estadic2012/>. Acesso em: maio 2013).

abrangente de todas as ações existentes naquele momento nos estados e municípios em questão, mas as exposições feitas nos deixam antever alguns formatos possíveis para a construção de políticas. Em geral é comum que representantes de estados e municípios comecem a apresentação dizendo quais elementos do “tripé da cidadania” a sua região “já” implementou ou “ainda não”. Reproduzo as informações registradas em caderno de campo na ocasião:

Paraíba – ‘Gerência LGBT’ localizada na Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do governo do estado. Segundo a gestora presente, naquele momento, estava para ser inaugurado um Centro de Referência LGBT e Combate à Homofobia.

Alagoas – Gerência ligada à Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e de Direitos Humanos. Segundo o gestor representante de AL, também existiria um centro de referência, mas não pude saber se especificamente para ‘LGBT’ ou se seria um centro de direitos humanos em geral que atenderia ‘LGBT’.

Campinas (SP) – Centro de Referência LGBT funciona desde 2003 (foi o primeiro do Brasil e já esteve ligado a diferentes instâncias) e desde 2010 existe a Coordenadoria de Políticas para a Diversidade Sexual, estrutura ligada à Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social.

São Paulo e SP – Políticas existentes no âmbito do estado: Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual (CDS) ligada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania desde 2009. Conselho Estadual LGBT instituído em 2010, mas até aquela data não havia sido composto. Plano Estadual de Combate à Homofobia. Em 2009 foi inaugurado o Ambulatório de Saúde Integral de Travestis e Transexuais, ligado ao Programa Estadual de DST-

AIDS. Lei antidiscriminação promulgada em 2001.⁵ No âmbito municipal: CADS – Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual, compondo a estrutura da Secretaria de Participação e Parceria da Prefeitura, CCH – Centro de Combate à Homofobia. Possui conselho em âmbito municipal de Atenção à Diversidade Sexual. Um dos gestores citou ainda a DECRADI – Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância.

Mato Grosso – Centro de Referência LGBT de Combate à Homofobia. Foi criado em 2005 com o apoio da SDH e hoje integra a estrutura da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. Segundo um dos gestores presentes, o Centro ‘também é gestor de políticas’, além de atender a usuários, ao que o outro gestor completou explicando que existe um termo de cooperação com a Defensoria Pública. Desenvolvem ações de prevenção e atuam junto à segurança pública, com atividades nos presídios e capacitação de oficiais da PM, além da atuação na educação, através de projetos em escolas.

Goiânia e Goiás – Gerência de Políticas para a Diversidade dentro da estrutura da Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial. O gestor presente mencionou a existência de um centro de referência que atende LGBT, mulheres, idosos e negros. Desde 2009 existe o Conselho Estadual de LGBT do Estado de Goiás.

Santo André (SP) – Segundo o gestor presente, uma assessoria de gênero existente na prefeitura começou a trabalhar a ‘questão LGBT’ em 2009, e a questão da diversidade sexual foi incluída no Conselho da Mulher (para mulheres lésbicas e bissexuais).

Acre – Existe um centro de referência alocado na Secretaria de Direitos Humanos e Justiça. De acordo com o gestor presente, existe ainda uma

⁵ Lei 10.948/01 define em seu artigo 1.º – “Será punida, nos termos desta lei, toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra cidadão homossexual, bissexual ou transgênero”.

‘divisão que trata de políticas públicas para LGBT’ na secretaria e um núcleo de combate à homofobia ligado à universidade.

Belo Horizonte e Minas Gerais – Um centro de referência iniciou as atividades através do financiamento da SDH, com o fim do convênio ficaram inativos, mas naquele momento voltariam a funcionar como parte de uma estrutura da prefeitura. No âmbito do estado: Centro de Referência LGBT do Estado de Minas Gerais, ligado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (estaria sendo preparada para breve uma campanha de combate à discriminação por raça e sexualidade).

João Pessoa (PB) – O gestor presente explicou que existe uma ‘Assessoria de Diversidade Humana’ alocada na estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Social e lá seriam desenvolvidas políticas para ‘negros, LGBT e outras minorias vulneráveis’.

Recife (PE) – Na estrutura da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã existe a Gerência de Livre Orientação Sexual, criada em 2005, com advogados, assistentes sociais e psicólogos.

Fortaleza e Ceará – A gestora presente explicou que uma assessoria de políticas públicas LGBT foi criada em 2007, no mesmo ano em que foram estabelecidas assessorias para mulher, pessoas com deficiência, juventude e idosos. As assessorias teriam sido transformadas em coordenadorias, com orçamento próprio em 2010. As políticas desenvolvidas no estado incluem um programa de qualificação profissional para travestis e transexuais, uma campanha Ceará Sem Homofobia e a existência de grupos de trabalho para traçar políticas LGBT em todas as secretarias, bem como delegados e destacados da defensoria pública especialmente para acompanhar crimes correlatos de homofobia. Possui lei municipal antidiscriminação.

Rio Grande do Sul – Coordenadoria Estadual de Diversidade Sexual criada em 2011. Não possui um conselho LGBT e, segundo o gestor

presente, o governo disse que não iria compor um conselho naquele ano por questão financeira. Estaria para ser lançado o programa Rio Grande Sem Homofobia. Também não existe centro de referência, mas o gestor informou que a deputada Manuela D'Ávila e o senador Paulo Paim se comprometeram a colaborar.

Palmas (TO) – Segundo o gestor presente, existe o programa Palmas Sem Homofobia e uma coordenadoria com status de Secretaria.

Bahia – Dentro da Secretaria de Direitos Humanos existe um núcleo que trata de questões LGBT, 'com orçamento que supera as questões do idoso e do indígena'. De acordo com o gestor presente, são priorizadas a instalação de núcleos e centros de referência em lugares de 'transbordo' e estaria para ser lançado um programa de combate à homofobia.

Durante a reunião, os gestores explicaram que a implementação das ações depende muito da “vontade política” dos governos locais. O governo federal pode incentivar algumas ações, mas não pode intervir, pois precisa respeitar o Pacto Federativo definido pela Constituição. O coordenador LGBT perguntou aos demais gestores se achavam válido que a SDH fizesse algum tipo de pressão junto aos estados que não têm uma coordenadoria LGBT ou organismo equivalente em sua estrutura. Os gestores responderam que isso não seria papel da Coordenação Nacional LGBT, mas do Conselho LGBT, pois esta seria a instância responsável por pressionar e “fiscalizar” as ações empreendidas pelo governo.

Não atualizei nenhuma dessas informações que foram passadas pelos gestores em 2011,⁶ o que significa que neste momento pode haver mais ou menos políticas funcionando nessas regiões, pois meu interesse é atentar para a relação entre as demandas e os

⁶ Para uma análise e levantamento não exaustivo, porém mais sistemático, do estado da arte da implantação de políticas LGBT até o ano de 2010, ver Mello et al. (2012a, 2012b) e também: <http://www.sertao.ufg.br/politicaslgbt/index.php>. Acesso em: maio 2013.

formatos administrativos que as políticas adquirem.⁷ No trecho reconstruído anteriormente é interessante notar em que instâncias estão “penduradas” tais políticas e as diferentes formas como ações voltadas para LGBT são efetivadas em cada localidade. Algumas iniciativas aparecem atreladas a organismos do governo do estado, outras, do município. Muitas são adicionadas como um novo braço de atuação em instâncias que já trabalhavam com outras questões “específicas”, como mulheres, jovens e idosos, e em algumas localidades são criadas novas estruturas independentes de outras questões. Notamos que, com mais frequência, as iniciativas para LGBT estão ligadas a secretarias relacionadas a direitos humanos, assistência social, cidadania e justiça, realçando uma concepção que atrela direitos humanos e justiça à assistência social e, com menor frequência, aparecem instâncias de outra ordem, tais como “diversidade humana” e “livre orientação sexual”.

Toda essa movimentação em torno da criação de novas estruturas de administração governamental fez surgir mais uma figura nesse campo: os “gestores LGBT”. Por ocasião dessa reunião, em Brasília foi divulgado um informe sobre a criação do Fórum Nacional de Gestoras e Gestores LGBT (FONGES).⁸ Diante desse anúncio, o representante LGBT da SDH pediu explicações do porquê de a Coordenação Nacional não ter sido convidada para integrar esse Fórum. A resposta de um dos gestores presentes foi de que seria “um fórum só nosso, de gestores estaduais e municipais, separado”. A resposta não satisfaz à Coordenação Nacional, que pediu que o seu interesse em participar nesse Fórum ficasse registrado. Nessa situação, apesar de todos serem

⁷ Em fevereiro de 2013, a SDH lançou um edital para: “Contratação de consultor especializado para a identificação dos órgãos e das instituições componentes de um sistema de defesa e promoção de direitos humanos da população LGBT em cada estado, articulação desses órgãos e entidades para atuar em rede quando do recebimento de denúncias provenientes do Disque Direitos Humanos, assim como capacitar os profissionais envolvidos para lidar com as denúncias recebidas e fomentar a necessidade de retorno das informações para favorecer o monitoramento dos casos” (Edital 001/2013 – Projeto PNUD BRA/07/019. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/atuacao-internacional/editais/pdfs-dos-editais/edital-001.2013>).

⁸ A criação do Fonges foi formalizada em reunião realizada em 20 de junho de 2011, em São Paulo, com o nome completo: Fórum Nacional de Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais de Políticas Públicas para a População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Ver anexo C11 (p. 359-361).

“gestores LGBT”, esboçou-se um antagonismo entre a gestão federal e as gestões estaduais e municipais.⁹

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa de campo foi possível notar entre diversos atores um progressivo aprendizado do funcionamento administrativo do governo e, conseqüentemente, a colocação de demandas de acordo com o que se entende que sejam os formatos institucionalizados possíveis e corretos para cada propósito. Em seminários, encontros e reuniões, várias vezes ouvi variações da assertiva: “temos que estar atentos em como funciona o Estado administrativamente”. Esse investimento em compreender morfologias da administração já acontece há alguns anos. O Projeto Aliadas, por exemplo, mencionado no capítulo 2, foi um importante signo desse esforço em “aprender a língua do Estado”. A dubiedade dessa espécie de “empoderamento” reside no fato de que se aprende a operar com a mesma linguagem de poder que supostamente se pretende superar. Ou seja, adquire-se competência em linguagens e modos de operação que dificultam o acesso daqueles que não são muito bem “entendidos” na “máquina pública” e que não transitam nas redes de contato e influência. Mas não se faz muito para que esses modos e linguagens sejam transformados. Nota-se, ao contrário, uma verdadeira pedagogia em relação à adequação a procedimentos tradicionais da política.

O Conselho Nacional LGBT, espaço disputado na cena 5, reproduzida anteriormente, pode ser considerado como um dos locais

⁹ Em 08 de abril de 2013, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República disponibilizou para consulta pública o “documento-base” do Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência Contra LGBT: “O sistema tem como objetivo incentivar a instalação de Conselhos e Coordenadorias estaduais, distritais e municipais LGBT em todo o país” (Disponível em: <http://portal.sdh.gov.br/clientes/sedh/sedh/2013/04/08-abr-13-sistema-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-lgbt-entra-em-consulta-publica>). Cerca de 3 meses depois, em 3 de julho de 2013, a Portaria n.º 766 instituiu o referido Sistema com a finalidade de “organizar e promover políticas de promoção da cidadania e direitos de LGBT, compreendidas como conjunto de diretrizes a serem observadas na ação do Poder Público e na sua relação com os diversos segmentos da sociedade”. Segundo a Portaria, os integrantes do Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência Contra LGBT seriam: “executores de políticas LGBT”, “Conselhos LGBT” de nível nacional, estadual e municipal, “Comissão Intergestores da Política LGBT” e “Conferências LGBT”. Outra Portaria, datada do mesmo dia, de n.º 767, instituiu o “Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República”. Entre as suas “competências” consta a articulação das ações do Sistema Nacional (as duas portarias podem ser encontradas no anexo C12 e C13, p. 363 e 364).

privilegiados para o exercício – e a exibição – desse aprendizado administrativo. O Conselho é também considerado a ferramenta principal de “controle social e participação”, ambos indispensáveis ao modelo de democracia que o estado brasileiro vem se empenhando em produzir. Nesse sentido, contribui para agregar uma marca moral bastante valorada e significativa a um “Estado” que administra em parceria com a “sociedade civil”.¹⁰

Acompanhei algumas das reuniões do Conselho. Na primeira, um dos integrantes da “sociedade civil” brincou: “esse é o controle social do controle social”, referindo-se ao fato de o encontro, sediado na SDH em Brasília, estar sendo transmitido pela internet em tempo real. Em outra reunião, um representante da Secretaria de Participação Social apontou o desconhecimento que as pessoas têm de distintas conferências que não sejam aquelas mais diretamente relacionadas ao seu interesse: “é preciso que haja articulação entre os conselhos [...] para somar forças e não elaborar políticas repetidas”. Em outra ocasião, um conselheiro do governo federal brincou dizendo que o nível de compreensão entre governo e sociedade civil era alto ali: “acho que apanhamos pouco”.

De volta à cena 5, outro momento interessante da reunião foi a apresentação dos dados acumulados até então pelo Disque 100. O Disque Direitos Humanos (ou Disque 100) é um serviço da Ouvidoria da SDH para a denúncia de violações de direitos.¹¹ Naquela ocasião, um coordenador do Disque 100 apresentou como o sistema funcionava, como os dados eram registrados, quais eram as formas de

¹⁰ O Decreto n.º 7.388, de 9 de dezembro de 2010, que ajustou o formato do Conselho Nacional de Combate à Discriminação para que passasse a atuar no “combate à discriminação e promoção dos direitos LGBT”, dispõe sobre sua competência “de natureza consultiva e deliberativa”, com a finalidade de, “respeitadas as demais instâncias decisórias e as normas de organização da administração federal, formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional”. O Conselho é composto por trinta membros, quinze representantes de Ministérios e Secretarias da Presidência da República e quinze da “sociedade civil”.

¹¹ O Disque existe desde 2004 para denúncia de violações de direitos de crianças e adolescentes. Em fevereiro de 2011, foi lançado oficialmente um módulo específico destinado ao recebimento de denúncias de violação de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Na mesma época também foram acrescentados módulos específicos para “idosos, pessoas com deficiência e população em situação de rua”. Em abril de 2013 foi anunciada a possível inclusão de mais um módulo destinado à “população cigana” (Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/disque100/ouvidoria-disque-100>).

encaminhamento de denúncias, bem como alguns dados computados até ali. Quando existem estruturas montadas nos níveis de estados e municípios cuja atribuição específica cubra o atendimento de “questões LGBT”, o serviço encaminha as denúncias recebidas para que sejam processadas localmente. Esse era o caso de algumas das instâncias representadas pelos “gestores LGBT” presentes na reunião.

A esse respeito, um dos gestores se manifestou dizendo que o sistema era ótimo, mas havia aumentando muito “a demanda”, e questionou como faria para dar conta das denúncias encaminhadas, inclusive financeiramente. Foi dado um exemplo. A ouvidoria envia faxes para os organismos locais com os dados das denúncias recebidas, “mas quem paga as resmas de papel?”. Alguns se manifestaram dizendo que era preciso aumentar a divulgação sobre o Disque 100, pois talvez este fosse o motivo da diferença notada entre a quantidade de denúncias recebidas entre diferentes estados e municípios – um reflexo do baixo conhecimento do serviço entre a população. Já outros interpretaram que a divulgação do Disque da SDH causaria um problema. Algumas regiões possuem os próprios serviços telefônicos de denúncia, e uma divulgação maior do Disque 100 faria com que as pessoas passassem a acioná-lo ao invés dos canais locais (inclusive em razão de o número ser mais fácil de decorar). Então, a longo prazo, uma maior divulgação “enfraqueceria os serviços locais”. Um dos gestores presentes, demonstrando ser “mais experiente”, dirigiu-se aos demais “ensinando” que eles precisariam fazer pressão para que os recursos de que necessitam constem dos PPA dos seus estados, pois não seria possível “ficar esperando só do governo federal”.

Outras discussões ocorreram sobre como estabelecer formatos e “rotinas para a emissão de relatórios gerenciais”. Alguns manifestaram a preocupação de que denúncias estariam “caindo no limbo” ao serem encaminhadas, pois não existiria muito controle sobre a forma como isso vinha sendo feito ou de como estariam sendo recebidas. Por fim, para haver mais “agilidade”, decidiu-se que seria criado um “e-mail oficial” especialmente para encaminhamentos da SDH às gestões locais. Para tal, foi solicitado que a SDH enviasse um “ofício”

pedindo formalmente a criação de um e-mail para as respectivas instâncias administrativas locais competentes.

A expectativa para com o Disque 100 é de que, a partir dele, seja efetivamente possível construir e monitorar um “mapa nacional de violação de direitos humanos LGBT”. Para isso seria preciso trabalhar com cuidado as categorias a partir das quais as informações são registradas. Esse foi um ponto de especial atenção entre os presentes na reunião. O entendimento, em particular, sobre a categoria “identidade de gênero” foi um ponto de controvérsias. De acordo com a exposição feita pelos responsáveis pelo Disque 100, o “sujeito LGBT” seria localizável nos registros por meio das seguintes categorias: “identidade” – “heterossexual, homossexual ou bissexual”; “sexo biológico” – “(F) feminino ou (M) masculino”; e “identidade de gênero” – “(F) feminina ou (M) masculina”. Os gestores se esforçaram para explicar aos presentes que “identidade de gênero” não poderia ser preenchida simplesmente pelas variáveis “F” ou “M”, pois a categoria incluiria “travestis” e “transexuais” e, ainda segundo um dos gestores, “F” ou “M” seria “gênero” e não “identidade de gênero”.

Com as categorias preenchidas da maneira como foram apresentadas pelos responsáveis pelo Disque 100, travestis e transexuais de fato não seriam identificáveis. Durante a discussão, alguém chegou a propor a inclusão da categoria “identidade sexual” no sistema, mas a ideia não teve adesão. Por fim, ficou acertado que alguma nova implementação seria feita para que pudessem efetivamente capturar registros relacionados a travestis e transexuais. Essa passagem deixa evidente o quanto sistemas burocráticos de classificação têm dificuldade de incorporar categorias que escapam da concepção binária do dismorfismo sexual.

Em 2012, a SDH divulgou o primeiro “Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil”, incluindo as denúncias registradas pelo Disque 100 ao longo do ano de 2011. Especificamente sobre a informação da “identidade de gênero” para a composição do “perfil da vítima”, o levantamento registra que, em 18,6% das denúncias, o dado não foi informado. A interpretação para essa porcentagem, considerada alta, é a de que a categoria “não é corrente no senso comum, tornando-se seu entendimento um obstáculo para a resposta” (Brasil, 2012, p. 22). O relatório divulgado para os casos denunciados no ano de 2012 também

traz considerações sobre o alto índice de registros “não informados” sobre “identidade de gênero”: “Categorias como ‘orientação sexual’ e ‘identidade de gênero’, bem como suas diferenciações, não são amplamente conhecidas entre a população, desinformação que se torna um obstáculo para a denúncia” (Brasil, 2013, p. 23).

A categoria “identidade de gênero” voltará a ser discutida na próxima seção. Por ora, considero relevante registrar como o episódio anteriormente citado ressaltou a importância de classificar sujeitos para a produção posterior de dados e igualmente a dificuldade dessa tarefa, sobretudo quando o que se está a classificar escapa de enquadramentos mais ordinários ou de categorias de apreensão mais convencionais.

O fazer cotidiano das políticas implica a compreensão dos modos de funcionamento administrativo do estado, ao mesmo tempo que a construção contínua das populações que são o objeto da administração. As dinâmicas produzidas pela interação desses novos agentes (gestores) com uma também “nova população” permitem vislumbrar como negociações cotidianas são imprescindíveis. A fabricação da necessidade de “ofícios”, ou a miríade de formalizações e institucionalizações burocráticas das quais os “ofícios” são um grande signo, as disputas por espaços de poder, a produção de enquadramentos, as fixações em “papel” e as disputas por enunciações legítimas são filigranas que vão constituindo políticas e sujeitos para essas políticas.

A noção de “trama institucional” articulada por Gregori (2000, p. 166) é bastante útil aqui, “na medida em que supõe a existência de uma rede formada por uma gama de instituições e atores” não desprovida de conflitos. Não é possível olhar para a trama institucional que vem constituindo “sujeitos LGBT” no plano governamental brasileiro sem considerar as disputas e os rearranjos internos que envolvem os sujeitos que se reúnem sob esse coletivo. Tais movimentações condicionam e, ao mesmo tempo, são condicionadas por essa trama ou por essa malha de relações. Esse será o aspecto abordado na próxima seção.

“ATRÁS DO SILICONE TAMBÉM BATE UM CORAÇÃO”¹² – TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E ALGUNS DESLOCAMENTOS OU DESESTABILIZAÇÕES

Uma discussão pormenorizada e detida sobre travestis e transexuais não é o foco deste livro. Contudo, é impossível refletir sobre o processo de construção de uma “população LGBT” sem considerar as inflexões particularmente relacionadas ao T desse coletivo. Observei duas áreas de tensão que apareceram mais explicitamente durante o meu trabalho de campo. Notadamente, as maneiras como os sujeitos que se pretende reunir sob esse “T” imprimem distensões: i) no interior do próprio movimento organizado, quando funcionam para personificar o alvo da homofobia ou “a cara do movimento” e ao mesmo tempo desestabilizam a “homossexualidade” como categoria englobante do coletivo; ii) as relações controversamente produtivas que estabelecem com as políticas de saúde. O que pretendo destacar é a maneira como essas distensões reverberam “perturbações de gênero” que desordenam convenções¹³ refletidas em disputas por categorias de enunciação e classificação que percorrem determinadas “tramas institucionais”.

Ainda nesse sentido, é bastante instigante para a reflexão a desestabilização ou a desnaturalização da categoria *mulher* provocada por travestis e transexuais que se definem como mulheres (independentemente do desejo de realização de cirurgia de transgenitalização), ou que procuram se aproximar de organizações feministas, oscilando entre uma identificação com o movimento de mulheres e o movimento LGBT.¹⁴ Vianna (2009) destaca as “provocações ruidosas” e as “dissidências

¹² O enunciado completo diz: “não, não, não à discriminação, atrás do silicone também bate um coração”.

¹³ Utilizo convenções aqui no sentido desenhado por Gregori (2011) que, em diálogo com Roy Wagner (2010 [1981]), assume, para além do significado presente no dicionário, a relação dialética entre convenção e invenção: “a convenção tem a ver com o ponto de vista coletivo, com a orientação da cultura, com o modo como as pessoas aprendem a experienciar, agir e comunicar; as convenções sofrem mudanças, e novas inflexões são inventadas, a partir de operações de diferenciação e particularização, no marco de contextos anticonvencionais” (p. 21).

¹⁴ Cf. Vianna e Carrara (2007) e Machado (2008). Em março de 2009, pela primeira vez, transexuais puderam participar oficialmente do XI Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado no México.

inscritas no e pelo gênero” que surgem com a entrada em cena de travestis e transexuais que reivindicam o tratamento de seus relacionamentos afetivo-sexuais como relações heterossexuais. Dessa forma, provocam a “matriz de inteligibilidade” que pressupõe a coerência linear e encadeada entre sexo anatômico, performance de gênero e orientação sexual (Butler, 2008).¹⁵

Entre os materiais reunidos para esta análise, o uso do termo “identidade de gênero”, forjado especialmente para “incluir” sujeitos que se definiriam mais pelos atributos de gênero incorporados ou desempenhados do que pela orientação sexual, parece ter ganhado corpo progressivamente a partir de 2005. Por volta dessa época, “homossexualidade” como termo englobante começa a dar lugar ao composto “orientação sexual e identidade de gênero”. Por meio de alguns documentos podemos ter uma visão desse processo.

A expressão *identidade de gênero* não aparece no Brasil Sem Homofobia, de 2004, mas no relatório do I Congresso da ABGLT realizado no ano seguinte. Naquela época, o “T” da sigla significava *transgêneros*, e a introdução do conceito de “identidade de gênero” aparece mencionada em relação a ações de *advocacy* nacionais e internacionais para a inserção de “pessoas transgêneros e transexuais”.¹⁶ Em alguns momentos, a expressão ainda surge atrelada ao termo “homossexual”, como em um item específico intitulado “Identidade de gênero e orientação homossexual”.

Já, nos anais do II Congresso da ABGLT de 2006, a fórmula a ser utilizada para se referir às ações indica a consolidação do par

¹⁵ De acordo com Judith Butler, “gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”. Sendo assim, “a própria noção de ‘pessoa’ se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é ‘incoerente’ ou ‘descontínuo’, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas” (p. 38).

¹⁶ Como nos trechos: “Nesse trabalho de *advocacy* devemos também solicitar a introdução e uma menção mais explícita sobre o direito das pessoas Transgêneros e Transexuais, introduzindo, além da Orientação Sexual, a dimensão da Identidade de Gênero, protegendo com isso as(os) Transgêneros e Transexuais”; e “Introduzir a discussão da Identidade de Gênero na Resolução Brasileira visando à proteção das pessoas Transgêneros e Transexuais, através de discussão com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e com o Ministério das Relações Exteriores” (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros – ABGLT. *Resoluções do I Congresso da ABGLT: avanços e perspectivas, 2005*. Curitiba, 2006).

orientação sexual e identidade de gênero. No mesmo congresso também foi aprovada uma proposta para que a ABGLT alterasse o seu Estatuto nos seguintes termos:

Que, no próximo Encontro da ABGLT, o secretário geral peça como pauta a mudança do Estatuto no que se refere à sigla 'transgênero' e que possa se referenciar às categorias 'travestis e transexuais', para com essa mudança poder dar visibilidade aos transexuais.

Se, como no capítulo 2, percorremos alguns documentos, podemos compreender termos e expressões a partir dos parâmetros que o próprio campo vai estabelecendo ao longo do tempo. O Brasil Sem Homofobia (2004) tem uma seção chamada “dúvidas frequentes”, na qual algumas definições são apresentadas:

O que é identidade sexual?

É o conjunto de características sexuais que diferenciam cada pessoa das demais e que se expressam pelas preferências sexuais, sentimentos ou atitudes em relação ao sexo. A identidade sexual é o sentimento de masculinidade ou feminilidade que acompanha a pessoa ao longo da vida. Nem sempre está de acordo com o sexo biológico ou com a genitália da pessoa.

O que é orientação sexual?

Orientação sexual é a atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente pela outra. A orientação sexual existe num continuum que varia desde a homossexualidade exclusiva até a heterossexualidade exclusiva, passando pelas diversas formas de bissexualidade. Embora tenhamos a possibilidade de escolher se vamos demonstrar, ou não, os nossos sentimentos, os psicólogos não consideram que a orientação sexual seja uma opção consciente que possa ser modificada por um ato da vontade.

*Transgêneros: Terminologia utilizada que engloba tanto as travestis quanto as transexuais. É um homem no sentido fisiológico, mas se relaciona com o mundo como mulher.*¹⁷

Transexuais: São pessoas que não aceitam o sexo que ostentam anatomicamente. Sendo o fato psicológico predominante na transexualidade, o indivíduo identifica-se com o sexo oposto, embora dotado de genitália externa e interna de um único sexo.

Então, em 2004, as “Dúvidas mais frequentes” se voltavam para identidade sexual, orientação sexual, transgêneros e transexuais. Identidade de gênero não aparece no texto em nenhum momento. Já no documento que resulta do I Congresso da ABGLT de 2005 não vemos mais nenhuma menção à *identidade sexual* e volta-se a definir *orientação sexual* e *transgêneros*. A definição de *transexuais* é a mesma do BSH, e há outras em acréscimo, como *travesti*, *gênero* e *identidade de gênero*. O glossário contido no documento define:

Gênero: É uma categoria analítica desenvolvida recentemente nas Ciências Humanas e se origina das discussões e lutas feministas em seu esforço para desnaturalizar a situação e o lugar social de homens e mulheres na sociedade. Gênero não significa o mesmo que sexo, pois este se refere às características biológicas de uma pessoa, enquanto gênero remete à construção social, histórica e cultural, envolvendo relações de poder, identidades, papéis e funções sociais, imagens e significados associados a cada um dos sexos.

Identidade de gênero: Refere-se à maneira como alguém se sente e se apresenta para si e para os demais como homem ou mulher, ou ainda uma mescla de ambos, independentemente do sexo biológico. Trata-se de uma dimensão fundamental da existência humana, não devendo, portanto, constituir motivo para a discriminação. As pessoas

¹⁷ O texto do BSH indica como referência para essa definição: Guia de Prevenção das DST/Aids e Cidadania para Homossexuais, PN-DST/AIDS.

transgêneros – travestis e transexuais – são aquelas que constroem sua maneira de ser, de se expressar e de agir sem seguir estritamente as regras e os valores socialmente impostos a cada sexo. Devido à sua visibilidade, são tratadas com as piores formas de desprezo, abuso e violência.

Orientação Sexual: É a direção espontânea do desejo afetivo e erótico, que pode ter como objeto pessoas do sexo oposto (heterossexual), pessoas do mesmo sexo (homossexual) ou de ambos os sexos (bissexual). O objeto do desejo sexual não é uma opção consciente da pessoa, pois é uma construção individual a partir da leitura e da vivência que cada um faz dos elementos disponibilizados pelo meio social: família, escola, vizinhança, mídia, entre outros. Nesta Tese, Orientação Sexual não significa Educação Sexual.

Transgêneros: Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais da sexualidade. Estão entre os(as) transgêneros: as(os) travestis, as(os) transexuais, os transformistas, as Drag Queens, as Drag Kings, os Cross Dressers, os intersex.

Transexuais: São pessoas que não aceitam o sexo que ostentam anatomicamente. Sendo o fator psicológico predominante na transexualidade, o indivíduo identifica-se com o sexo oposto, embora dotado de genitália externa e interna de um único sexo.

Travestis: As travestis, apesar de aproximarem seu corpo das formas femininas através das roupas e dos adereços, assim como de alterações físicas, não deixam de obter prazer com seu pênis. Uma travesti normalmente não tem a intenção de alterar seu sexo biológico. Essas características costumam aparecer na puberdade e intensificam-se na adolescência. Ela se sente e se expressa publicamente de forma feminina, mas sem abrir mão de alguns atributos masculinos em algumas relações que estabelece com a sociedade.

Entre 2004 e 2005 nota-se como *gênero* ganha preponderância ou recebe mais atenção. Poderíamos interpretar aqui que *identidade de gênero* seria o *gênero* que precisa ser nomeado e afirmado quando em desacordo com o convencionalmente associado ao sexo biológico (ou às “regras e aos valores socialmente impostos a cada sexo”). Nesse caso, há uma associação entre esse sentido e as “pessoas transgêneros”, aquelas que “transcendem as definições convencionais”. Por sua vez, entre *transgêneros*, temos a diferenciação entre *travestis* – pessoas que aceitam e “não deixam de obter prazer” com o “sexo biológico” – e *transsexuais* – que “não aceitam o sexo que ostentam anatomicamente”. Se em 2004 evocam-se formulações da psicologia, em 2005, o campo de referência é ampliado para as “ciências humanas”. À psicologia mesclam-se concepções oriundas de “discussões e lutas feministas” para afirmar a “construção social, histórica e cultural” do gênero e da sexualidade.

Dando um salto para 2008,¹⁸ como já mencionado nos capítulos 1 e 2, o primeiro painel da I Conferência Nacional LGBT consistiu em uma apresentação didática a respeito dos conceitos de *orientação sexual* e *identidade de gênero*, e o “texto-base” da conferência, apresentado pela Comissão Organizadora na ocasião, trouxe um glossário bastante extenso. Vejamos alguns dos verbetes:

Transsexual: pessoa com identidade de gênero que se caracteriza por uma afirmativa de identificação, solidamente constituída e confortável nos parâmetros de gênero estabelecidos (masculino ou feminino), independente e soberano aos atributos biológicos sexualmente diferenciados. Esta afirmativa consolidada pode, eventualmente, se transformar em desconforto e estranheza diante destes atributos, a partir de condições socioculturais adversas ao pleno exercício da vivência dessa identidade de gênero constituída. Isto pode se refletir na experiência cotidiana de autoidentificação com o gênero feminino – no caso das mulheres que vivenciam a transexualidade, que apresentam órgãos

¹⁸ Para exemplificar com outro documento anterior, o Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis do Ministério da Saúde, lançado em 2007, também utiliza o par orientação sexual e identidade de gênero.

genitais classificados como masculinos no momento em que nascem – ou com o gênero masculino – no caso de homens que vivenciam a transexualidade, que apresentam órgãos genitais classificados como femininos no momento em que nascem. A transexualidade também pode, eventualmente, contribuir para que o indivíduo que a vivencia objetivar alterar cirurgicamente seus atributos físicos (inclusive genitais) de nascença para que os mesmos possam ter correspondência estética e funcional com a vivência psicoemocional da sua identidade de gênero.

Travesti: pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos através de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém vale ressaltar que isto não é regra para todas.

Gênero: o conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais a diferença entre homens e mulheres é culturalmente significada e hierarquizada. Envolve todas as formas de construção social das diferenças entre masculinidade e feminilidade, conferindo sentido e inteligibilidade social às diferenças anatômicas, comportamentais e estéticas. Contemporaneamente se compreende que não há linearidade na determinação do sexo sobre o gênero e sobre o desejo, sendo o gênero uma construção individual, social e cultural que sustenta a apresentação social da masculinidade e/ou feminilidade por um indivíduo.

Identidade de gênero: nos Princípios de Yogyakarta está definida como a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo – que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros – e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos.

Orientação sexual: nos Princípios de Yogyakarta está definida como uma referência à capacidade de cada pessoa ter uma profunda atração emocional, afetiva, ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou ambos, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. Modernamente, as orientações sexuais são distinguidas em 'heterossexualidade' (quando o interesse afetivo-erótico-sexual da pessoa se dirige em direção a pessoas do sexo oposto), 'homossexualidade' (quando esse interesse se expressa por pessoas do mesmo sexo) e 'bissexualidade' (interesse por pessoas de ambos os sexos).

A partir daqui, a definição de *transexualidade* abandona a ênfase na não aceitação dos “atributos biológicos sexualmente diferenciados” ou “órgãos genitais classificados como masculinos ou femininos ao nascer”, deixando assim em aberto o desejo de realização de “cirurgia para alteração de seus atributos genitais de nascença”, e surge a possibilidade de “homens vivenciando a transexualidade”, ausente até então. A diferenciação entre travestis e transexuais é menos enfática aqui. O verbete *transexual* menciona a cirurgia facultativa e o que se refere a *travestis* descreve a possibilidade do uso de hormônio e/ou silicone, mas, nos dois casos, a questão central se volta para a não correspondência entre o *sexo biológico* e a *identidade de gênero* assumida. Esse glossário parece ser mais cauteloso quanto a definições muito fechadas.

As definições para *orientação sexual* e *identidade de gênero* reproduzem em parte os termos contidos nos Princípios de Yogyakarta.¹⁹ Aqui, a *orientação sexual* é uma “capacidade” do indivíduo; lá, no documento

¹⁹ A tradução de *Os Princípios de Yogyakarta sobre a aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero* foi lançada no Brasil em agosto de 2007, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, como uma ação do Programa Brasil Sem Homofobia. Os “Princípios” foram originalmente elaborados por um grupo de especialistas em direitos humanos e direito internacional de vários países, na cidade de Yogyakarta, na Indonésia, em reunião presidida por Sonia Onufer Corrêa e Vitit Muntarbhorn, e foram apresentados na IV Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em março de 2007. Os Princípios de Yogyakarta formam um conjunto de normas que versa sobre a legislação internacional de direitos humanos e sua aplicação “a pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero”. Partem do pressuposto de que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Todos os direitos humanos são universais, interdependentes, indivisíveis e inter-relacionados. A orientação sexual e a identidade gênero são essenciais para a dignidade e a humanidade de cada pessoa e não devem ser motivo de discriminação ou abuso”. Ver, respectivamente, *Guía del activista para usar los Principios de Yogyakarta (Dreilinden*

de 2005, aparecia como “uma direção espontânea” (mais próxima do impulso), talvez pelo esforço também expresso de afastar a ideia de “opção” de direcionamento do desejo sexual. A *identidade de gênero* não mais está explicitamente vinculada a *transexuais* ou *travestis*. E note-se também que, em 2008, o termo transgênero parece praticamente sair de circulação. No Plano Nacional LGBT, de 2009 – apesar de não conter nenhum glossário – percebemos que o sentido dos termos articulados é mais ou menos o mesmo desse documento de 2008.

Cabe mencionar que *gays*, *lésbicas* e *bissexuais* também constam como verbetes nesses documentos, mas as definições variam quase nada ao longo do tempo e são bem mais simplificadas. Cito apenas duas nuances mais significativas. Em 2005, para *Bissexuais*, tivemos: “São pessoas que se relacionam sexual e/ou afetivamente com ambos os sexos. Alguns assumem as facetas de sua sexualidade abertamente, enquanto outros vivem sua conduta sexual de forma fechada”. Definição que claramente deixa pairar sobre pessoas bissexuais uma suspeita ou acusação de viverem “no armário”. Em 2008, a definição muda para: “Bissexual: pessoa que tem desejos e práticas sexuais e relacionamento afetivo-sexual com homens e mulheres”.

A outra nuance curiosa tem a ver com uma característica que envolve todo o glossário apresentado em 2008: nele não se fala em sexo, mas apenas gênero (com a exceção das definições para *travesti* e *transexual*, reproduzidas anteriormente):

Homossexual: pessoa que tem desejos e práticas sexuais e relacionamento afetivo-sexual com pessoas do seu mesmo gênero.

Heterossexual: pessoa que tem desejos, práticas sexuais e relacionamento afetivo-sexual com pessoas do gênero oposto.

Gay: pessoa do gênero masculino que tem desejos, práticas sexuais e relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero masculino.

Gesellschaft für gemeinmutziges Privatkapital. Hivos: Fund for global Human Rights, 2010) e <http://www.yokyakartaprinciples.org>.

Lésbica: pessoa do gênero feminino que tem desejos, práticas sexuais e relacionamento afetivo-sexual com outras pessoas do gênero feminino.

Fica claro, enfim, que termos e categorias para se referirem a sujeitos específicos vão sendo construídos e reconstruídos, compreendidos e assimilados de forma diferente ao longo do tempo.²⁰ Esse processo guarda relações cada vez mais próximas com os desenvolvimentos de teorias e pesquisas da área de estudos de gênero e sexualidade e acompanha a tendência de progressivamente afastar o peso contaminado da natureza do sexo e enfatizar o caráter de construção sociocultural. No entanto, são formulações também determinadas pela relação com táticas e estratégias características do movimento social, tidas como mais ou menos propícias para a relação com os formatos dados da burocracia jurídico-governamental.

Se todo esse esforço vem sendo feito para encontrar a categoria mais adequada para significar (ou representar) esse determinado conjunto de pessoas que se reúne entre "travestis e transexuais", a sua apresentação como vítimas exemplares do preconceito e da discriminação não variou.

"NÓS SOMOS A CARA DO MOVIMENTO"

Retratada como a população "mais estigmatizada e mais vulnerabilizada", as travestis e as transexuais²¹ de fato perfazem o maior número de vítimas de discriminação e preconceito contabilizadas nos levantamentos existentes sobre a violência que acomete "pessoas LGBT", ao mesmo tempo que apresentam os menores índices de escolaridade.²² E, como protagonistas das estatísticas de violência, as travestis e as transexuais cumprem um papel importante de visibilidade e mobilização para o movimento LGBT. Mas não sem que esse seja um

²⁰ É digna de nota a total ausência de intersexuais ou da intersexualidade nessa cena, incorporada já há algum tempo em movimentos da Europa e outras partes das Américas, tanto ao norte quanto ao sul.

²¹ Por ora estou me referindo apenas "às" transexuais"; mais à frente no texto, "os" transexuais entram no quadro.

²² Ver Carrara e Ramos (2005) e Carrara et al. (2006).

ponto de conflito e foco de disputas internas. Durante o trabalho de campo, em situações variadas, pude perceber e presenciar desacordos, discussões e brigas envolvendo travestis e transexuais que acusam o próprio movimento LGBT de discriminá-las.

Mario Carvalho (2011) aborda especificamente o discurso de militantes travestis e transexuais em relação às demandas e às proposições de políticas públicas de saúde no Brasil. Para o desenvolvimento do trabalho, o autor realizou entrevistas com uma série de lideranças do movimento de travestis e transexuais brasileiro, nas quais indagou sobre agenda prioritária, formas de organização, trajetórias pessoais, transformações corporais, entre outras questões. Recorro a algumas de suas entrevistadas para dar ênfase ao que nos interessa abordar aqui:

[No] nascimento da primeira instituição de travestis e transexuais do Brasil, a gente enfrentou muito problema com o próprio grupo... com eles que diziam que não tinham necessidade, eles que tentavam de todas as formas sempre cercear a nossa participação na parcela de recurso... disponibilizada para a população LGBT em geral. Mas a nossa... a organização do movimento de travestis e transexuais foi... também se deu por conta do preconceito, da homofobia do próprio movimento... que na época era movimento GLS. [...] E foi por conta dessas coisas todas que a gente decidiu criar um movimento... e que tem hoje grandes lideranças gays e lésbicas que estão aliadas a nós, mas que no passado nos desacreditavam, não nos davam espaço, mas que hoje viram a nossa força, a nossa capacidade... [E]les sabem que nós é que somos a cara do movimento. Se vai ter uma parada, são as travestis que têm que estar liderando. Se vai ter uma manifestação, são as travestis... é que todos os holofotes estão virados para as travestis... nós somos a ponta de lança, nós somos a cara do movimento. [...] Agora... nós sofremos muito preconceito... ainda sofremos dentro do próprio movimento LGBT. [...] A gente não consegue explicar, mas

*algumas coisas... as pessoas que nos discriminam deixam escapar. Eles nos chamam de homens de peito [...].*²³

*A travesti era protagonismo do trabalho dos outros em prol da cidadania dela, e achava que era protagonista. O protagonismo [não] é a minha miséria, ser a fundamentação da campanha ou do projeto, mas que eu diga como isso vai ser feito, que eu possa estar executando essa política ou essa ação. Ai sim, eu acredito em empoderamento. Empoderamento é quando você tem um projeto [...].*²⁴

Para Carvalho (2011), narrativas como as mencionadas nos depoimentos anteriores denotam “uma certa manipulação política das travestis”. O autor menciona a situação da I Marcha Contra a Homofobia em Brasília quando travestis foram o “abre-alas” do ato, carregando uma faixa com os dizeres: “De Luto Contra a Transfobia. E você?” (descrita na cena 4 do capítulo 3), como exemplo de como “são tomadas como elementos visuais importantes em diversas manifestações do movimento”. Entretanto, também nota que somente “três travestis discursaram no carro de som durante a concentração da Marcha, e nenhuma delas fez uso do microfone durante o trajeto pela Esplanada dos Ministérios” (p. 48). As entrevistadas pelo autor demonstram insatisfação diante das dificuldades em alcançar espaços de direção no movimento mais amplo e acusam a falta de atenção direcionada para questões que seriam específicas de travestis e transexuais. Ao indagar sobre os termos “homofobia” e “transfobia”, se o primeiro poderia englobar o segundo, uma das suas entrevistadas respondeu:

²³ Jovana Baby, em entrevista concedida a Mario Carvalho em 18/06/2010, ênfase do original. Fundadora da Astral (Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro), primeira ONG de travestis do Brasil. No momento da entrevista, Jovana era a presidente da Antra (Carvalho, 2011, p. 47).

²⁴ Majorie Marchi, em entrevista concedida a Mario Carvalho em 16/08/2010 (Carvalho, 2011, pp. 130-1). À época da entrevista, Majorie era presidente da Astra-Rio (Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro), vice-presidente da Antra e vice-presidente do Conselho Estadual LGBT do Rio de Janeiro. No momento dessa pesquisa, trabalhava para um equipamento do governo do estado voltado para o atendimento à população LGBT.

A chamada homofobia que engloba tudo; como engloba tudo se eu não me sinto englobada? Tiram as travestis da frente. Por que as travestis não estão na frente [da sigla LGBT]? Quem é que leva a palavra homofobia nas costas? Nas justificativas de morte, exclusão, violência, em todas as pesquisas realizadas, a não ser as pesquisas sobre travestis, são pesquisas sobre violência, violação dos direitos, há um protagonismo absoluto, enorme [...].²⁵

Outro ponto de conflito fala sobre as pautas priorizadas pelo movimento LGBT mais amplamente. Durante o meu trabalho de campo, algumas vezes deparei com reclamações de travestis e transexuais que diziam que a sua pauta não poderia ser apenas união civil e criminalização da homofobia. As entrevistas realizadas por Carvalho também refletem esse incômodo. A mesma entrevistada prossegue:

Ao mesmo tempo em que ela [a homofobia] tem isso e tem toda essa visibilidade para legitimar sua causa, quando você se remete [à] política e pega o movimento LGBT, o movimento todo não luta por uma bandeira das travestis. O movimento como um todo luta pela união civil e pela criminalização da homofobia. Imagina esses dois aprovados hoje? Eu, enquanto travesti, o que é que muda para mim? A minha união civil será como homem, me unir como numa relação homossexual, que não sou. Vou me casar com nome de homem. [...] Mas para mim não faz diferença [...] Vou casar como? Vai ser Felipe casado com Marcelo? Porque a Majorie não existe, a Majorie não tem documento. O que me dá mais tristeza é que a grande maioria das travestis não tem essa percepção. Ficam falando sobre homofobia, PLC 122, união civil [...]. A questão é esclarecer socialmente o que é homofobia e o que é transfobia, o que causa homofobia, o que causa transfobia, onde se dá e onde pode se dar a homofobia e a transfobia, e

²⁵ Majorie Marchi, em entrevista a Mario Carvalho concedida em 20/09/2010.

*mostr[ar] que são dois fatores totalmente diversos. Mas no imaginário coletivo é tudo uma coisa só.*²⁶

O preconceito e a discriminação que são dirigidos às travestis e às transexuais teriam algumas nuances de diferenciação em relação ao que atinge gays e lésbicas, pois, entre outras particularidades, as primeiras não poderiam “passar por”. Ainda que as transformações na aparência permitam que sejam percebidas como mulheres, existiria um limite para esse *passing*, como na hora de mostrar os documentos, por exemplo, nos quais a maioria permanece com o nome masculino de registro civil. Além disso, o mundo social convencional excluiria com mais frequência travestis e transexuais de espaços como a escola e a família, o que contribuiria para limitar suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, desembocando na prostituição como meio compulsório de subsistência. E estar nas ruas as tornaria também alvos mais fáceis para a violência. Outra fala que ouvi algumas vezes durante o trabalho de campo, relacionada com “ser a cara do movimento”, dizia: “travestis e transexuais são boas para justificar projetos”. Por conta da relação com as políticas de prevenção da Aids e também porque, com frequência, as travestis aparecem como as mais pobres, as mais pretas, as menos escolarizadas, por vezes são acionadas como uma espécie de ícone de “vulnerabilidade”.

Podemos dizer que a organização política mais autônoma do movimento “T” é mais ou menos recente, se comparado ao que já foi chamado Movimento Homossexual Brasileiro. A primeira organização de travestis foi fundada em 1992. A Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro – Astral – surge em resposta à violência policial que reprimia a prostituição nas ruas. Naquela época, o grupo contou com o apoio do Iser, por meio de um projeto de prevenção às DSTs/Aids chamado “Saúde na Prostituição”. Em 1993 aconteceu o primeiro “Encontro Nacional de Travestis e Liberados”. Segundo Carvalho (2011), esse encontro contou com 95 participantes de cinco estados e

²⁶ Majorie Marchi, em entrevista concedida a Mario Carvalho em 20/09/2010 (Carvalho, 2011, pp. 130-1).

foi importante para dar início à formação de outros grupos. A partir de 1996, em sua quarta edição, o encontro passou a ter o financiamento do então Programa Nacional de DST/Aids (PN DST/Aids)²⁷ e a chamar-se Encontro Nacional de Travestis e Liberados na Luta Contra a Aids – Entlaids. No ano de 2000, surgiu a primeira organização de nível nacional, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – a Antra.²⁸ No dia 29 de janeiro de 2004, o Ministério da Saúde, por intermédio do PN DST/Aids, lançou a primeira campanha voltada exclusivamente para travestis. O desenvolvimento da campanha foi feito junto com o movimento organizado e é considerado um grande marco para o movimento, tanto que, desde então, o dia 29 de janeiro entrou para o calendário como Dia Nacional da Visibilidade Trans.²⁹

A organização do movimento de travestis e transexuais esteve desde sempre relacionada às políticas de saúde. E essa relação significa mais do que apenas o financiamento de organizações ou de outras ações. Ao analisar a intervenção realizada por meio das políticas de prevenção das DSTs/Aids entre travestis que se prostituem, Larissa Pelúcio (2009) chamou de “SIDAdanização” a lógica que ancora o processo de “conversão” dessa “população-alvo” em “cidadãs”. Essa “conversão” implicaria a “adesão a princípios tipicamente modernos, como a

²⁷ Atual Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais (www.aids.gov.br).

²⁸ Mario Carvalho interpreta essa trajetória como uma espécie de “empoderamento tutelado”, por meio do qual, progressivamente, a organização do movimento de travestis e transexuais busca atuar de maneira mais autônoma: a “incorporação de travestis e transexuais ao movimento LGBT se dá inicialmente num processo paradoxal de ‘empoderamento tutelado’, uma vez que os elementos discursivos e a práxis política na construção dessas militantes foi possibilitada por uma trama de relações que envolvem diversos atores, como as lideranças gays e lésbicas, agências governamentais e profissionais de saúde envolvidos em programas de prevenção de DST e AIDS” (Carvalho, 2011, p. 46). Para uma versão mais pormenorizada sobre o processo de inclusão de travestis no então chamado Movimento Homossexual Brasileiro, ver também Carvalho e Carrara (2013).

²⁹ Majorie Marchi, em entrevista para o *site* do CLAM publicada em 30/01/2007: “No dia 29 de janeiro de 2004, 27 ativistas trans adentraram o Congresso Nacional para o lançamento da campanha “Travesti e respeito”. Essa foi uma ação pioneira, tratando-se de travestis e transexuais. Acredito que esse evento mostrou para o grande público o real poder de articulação do movimento social organizado. Foi também nesse dia que fundamos a Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Rio de Janeiro (Astra-Rio). Por isso, o dia 29 de janeiro será o marco histórico para simbolizar a luta por cidadania e igualdade de direitos desses segmentos altamente discriminados” (Disponível em: <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=2287&sid=51>. Acesso em: mar. 2013).

‘individualização’ e a ‘racionalização’”, mobilizando aspectos como a “potencialização da autoestima” e o “desenvolvimento de uma nova consciência política”.³⁰ A autora alerta para o fato de que o objetivo de politização desses indivíduos pode ser visto “como uma estratégia de controle bastante sutil, centrada na responsabilização dos sujeitos diante das questões de saúde” (p. 110-1). Podemos daí depreender que, seguindo um determinado modelo de “empoderamento”, as travestis são incluídas por intermédio das políticas de saúde não como sujeitos integrais, mas como sujeitos preventivos: “até porque tem sido nos espaços das unidades especializadas em DST/Aids que elas têm encontrado possibilidades de serem ouvidas, vistas e, assim, experimentando uma cidadania possível, ainda que esteja associada a doenças sexualmente transmissíveis e à Aids” (Pelúcio, 2009, p. 132).

Somada a essa relação, o foco nas travestis como público-alvo da prevenção está diretamente vinculado à sua associação como trabalhadoras da prostituição, o que rende a acusação, feita pelo movimento, de que não são lidas como sujeitos *per se* pelas políticas de saúde, mas apenas como uma via de transmissão do HIV, diretamente, para os homens com quem se relacionam e, indiretamente, para suas esposas.

“HOMENS E MULHERES TÊM GÊNERO, MAS TRANS TEM IDENTIDADE DE GÊNERO”

Em 2007, o Ministério da Saúde lançou o Plano de Enfrentamento da Feminização da Aids e outras DSTs, trazendo na capa o título *Mulheres contra DST e Aids*. Nesse plano, foram especificadas todas as mulheres a quem ele se destinava e suas estratégias, devendo contemplar: “gestantes; mulheres vivendo com HIV e Aids; adolescentes e jovens; *lésbicas, bissexuais e outras mulheres que fazem sexo com mulheres; transexuais*, negras; indígenas; mulheres em situação

³⁰ A elaboração de Pelúcio é inspirada nas discussões realizadas por Duarte et al. (1993) a respeito de processos de “cidadanização” ou “conversão à cidadania” em camadas populares.

de prisão; profissionais do sexo; trabalhadoras do campo e da cidade; mulheres em situação de violência sexual e doméstica; portadoras de deficiência; mulheres no climatério e as mulheres idosas”.³¹ A outra iniciativa semelhante, lançada em 2008, foi o Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays, Homens que Fazem Sexo com Homens (HSH) e Travestis. Vemos aí como o “T” oferece certa resistência às classificações formuladas. Por que travestis são postas ao lado de homens, e transexuais ao lado de mulheres nos planos lançados? Talvez exista uma relação com a lógica da saúde que historicamente procurou enfatizar o sexo anatômico no enfrentamento da epidemia de Aids, o que vem sendo questionado mais recentemente. Outra explicação para tal, que ouvi durante o campo, dizia que estar junto com os homens seria uma escolha das próprias travestis, pois esse plano teria um orçamento maior do que o voltado para a “feminização” da epidemia.

Em março de 2010 acompanhei o Seminário Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde, organizado pela Comissão de Cidadania e Reprodução – CCR.³² O evento, com duração de dois dias, reuniu pesquisadores, ativistas, médicos e outros profissionais que exercem atividades em serviços públicos de saúde que prestam atendimento a travestis e transexuais. Convidada do seminário, Larissa Pelúcio disse que era a primeira vez que era chamada para falar sobre travestilidade em um evento não relacionado diretamente à Aids. A “cidadania para além da saúde” foi um ponto tocado diversas vezes durante o seminário.

Esse seminário discutiu o direito ao acesso amplo aos serviços de saúde, o aconselhamento médico para hormonização e uso de

³¹ Para uma análise a respeito da construção discursiva do “corpo lésbico” como vulnerável às DSTs/ Aids e considerações sobre sua “invisibilidade” diante do SUS, ver Almeida (2005).

³² O Seminário Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde ocorreu em São Paulo, no Centro Universitário Maria Antônia, durante os dias 24 e 25 de março de 2010. Alguns textos e a relatoria do encontro podem ser encontrados em Arrilha et al. (2010) e no *site* da CCR. A CCR foi fundada em 1991 e está sediada no Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), em São Paulo. Define-se como “uma entidade civil de âmbito nacional e sem fins lucrativos que tem o objetivo de promover e defender os direitos reprodutivos segundo os princípios das Declarações da ONU, em especial aqueles da Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher” (www.ccr.org.br).

silicone, independentemente da entrada em programas do processo transexualizador, entre outros assuntos. Durante a programação, discussões que giraram em torno do processo transexualizador foram o ponto principal de atenção e de tensão. A inclusão do processo no Sistema Único de Saúde (SUS) em 2008³³ foi celebrado como uma grande conquista. No entanto, essa “vitória” vem atrelada a certas concepções biomédicas sobre gênero e sexualidade, que hoje são o que garante a “transexuais” o acesso à realização da cirurgia de redesignação sexual pelo sistema público de saúde. Para acessar a cirurgia é preciso que a pessoa seja diagnosticada como portadora de “transtorno de gênero”,³⁴ ou seja, o reconhecimento que passa por uma patologização muitas vezes não desejada revela como os sujeitos não têm autonomia sobre os próprios corpos e tampouco sobre as relações que estabelecem com eles e por meio deles. O processo também exige obrigatoriamente a submissão a um período mínimo de dois anos de terapia psicológica antes que qualquer modificação corporal seja realizada. Além disso, o sujeito ainda deve provar que vive (por meio do uso de vestimentas adequadas, entre outros aspectos) de acordo com a “identidade” para a qual ele deseja fazer a transição. Sendo assim, não basta declarar-se transexual, é preciso “convencer” os responsáveis pelo diagnóstico.³⁵

³³ Instituído no SUS pela Portaria n.º 1.707, de 18 de agosto de 2008. Uma reconstrução do percurso dos debates políticos e acadêmicos que envolveram a publicação da Portaria pode ser encontrado em Arán et al. (2008) e Murta (2011).

³⁴ Para uma leitura crítica da emergência da noção de “transtorno de gênero” na psiquiatria e na psicanálise, ver Arán (2006) e Arán e Murta (2009). Para a relação entre essa noção usada como meio de acesso ao sistema de saúde pública no Brasil e a problematização de seus possíveis efeitos para a constituição de subjetividades, ver Arán et al. (2008).

³⁵ O texto da portaria que regulamenta o processo diz: “Diretrizes de Assistência ao Indivíduo com Indicação para a realização do Processo Transexualizador: O CID-10 – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – define, em seu capítulo F64 – Transtornos da Identidade Sexual, F64.0 –, Transexualismo como “um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal-estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado. Reconhecendo então que esta situação é determinante para um processo de sofrimento e de adoecimento a que estão sujeitos os transexuais e a necessidade de distinguir transexualismo dos demais transtornos da identidade sexual, o que possibilitaria erros incorrigíveis no atendimento a estas populações, estabeleceram-se diretrizes, as quais buscam garantir a equidade

A mobilização em torno da despatologização é um movimento crescente nos últimos anos. Entretanto, não existe exatamente um consenso sobre quais seriam os melhores termos e condições para que o processo continue sendo garantido pelo Sistema Único de Saúde sem a exigência de um diagnóstico.³⁶

Bento e Pelúcio (2012b)³⁷ discutem os termos por meio dos quais a transexualidade é arrolada como um transtorno mental tanto no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM – quanto no Código Internacional de Doenças – CID,³⁸ bem como os argumentos favoráveis ao fim do “diagnóstico de gênero”. Para tal, mencionam a campanha internacional “Stop Trans Pathologization”, que surgiu em 2007 justamente visando à retirada dos termos que patologizam a transexualidade nesses manuais. Até janeiro de 2013, entre América Latina, América do Norte, Europa, Ásia e Oceania, a campanha contava com a adesão de mais de 360 grupos.³⁹

As autoras concentram a sua elaboração na desconstrução de quatro argumentos em que o “diagnóstico de gênero” se sustentaria. O primeiro seria a “diferença natural entre os gêneros”, ancorado na ideia da “diferença sexual natural” – “ou se nasce homem, ou se nasce mulher”. O segundo argumento é nomeado pelas autoras como “a visão suicidógena”. Esta se trata do discurso que se apoia na irreversibilidade do processo para afirmar que qualquer flexibilização

do acesso e orientar as boas práticas assistenciais, primando pela humanização e pelo combate aos processos discriminatórios como estratégias para a recuperação e a promoção da saúde”. Portaria n.º 1.707, de 18/08/2008, Ministério da Saúde.

³⁶ Do Plano Nacional LGBT consta uma ação sobre a questão. Nele é possível ler a indicação de despatologização, ainda que de maneira não explícita: “Implantação e implementação do Processo Transexualizador no SUS, garantindo atenção integral às pessoas que busquem os Centros de Referência credenciados, sejam transexuais ou travestis, assegurando que o diagnóstico diferencial não seja fator de exclusão de usuários desses serviços.

³⁷ O artigo faz parte de um dossiê que reúne a contribuição de diversos pesquisadores a respeito de “vivências trans”. O conjunto dos trabalhos oferece ainda um convite ao questionamento e à reflexão sobre as limitações e os incômodos dos pesquisadores que enveredam por etnografias nesse campo, em que as experiências alargam alguns dos limites convencionados para a “normalidade” (cf. Bento e Pelúcio, 2012a).

³⁸ Elaborados pela Associação Norte-Americana de Psiquiatria (APA) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), respectivamente.

³⁹ O *site* da campanha internacional disponibiliza informações em sete línguas diferentes: <http://www.stp2012.info/old/pt>.

ou a retirada do caráter obrigatório da terapia psicológica incorreria em risco de vida para os sujeitos que pleiteiam a transição. O terceiro argumento trataria de “concessões estratégicas” e estaria embasado no entendimento de que, se o caráter de “doença” for retirado, o acesso ao Processo deixará de ser justificável no âmbito dos serviços públicos de saúde. As autoras interpretam que é justamente essa concepção de que o estado estaria desobrigado a oferecer acesso à saúde integral, caso o “diagnóstico de gênero” seja desmontado, que precisa ser combatida:

Se, para o Estado, os/las normais de gênero são aqueles/las que têm uma correspondência entre genitália, performance e práticas eróticas e se essa definição gera um modus operandi que exclui sujeitos que estão nos seus marcos, estamos diante de uma contradição com a sua própria definição universalizante (Bento e Pelúcio, 2012, p. 577).

O quarto e último argumento articulado por Bento e Pelúcio seria “a autoridade científica” que, de certa maneira, é muito simples: a inscrição em manuais compreendidos como repositórios de “verdades científicas” basta para assegurar essa “verdade do gênero”. O DSM e o CID representariam, pois, a materialização de uma visão hegemônica e heteronormativa de gênero que, numa espécie de profecia que se cumpre por si mesma, é garantida pela articulação retórica que assegura a “cientificidade” de seus conteúdos.⁴⁰

Destaco ainda algumas argumentações debatidas no Seminário Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde, de 2010. Muitas falas se direcionaram para a crítica à maneira como a concepção das políticas em saúde – mas também grande parte de outras políticas levadas a cabo de maneira mais geral – está atrelada a uma visão binária de gênero.

⁴⁰ É importante destacar que a regulamentação do Processo Transexualizador pelo SUS é uma conquista bastante valorada. Mas isto não significa que os serviços oferecidos não padeçam de profundas carências ou que não sejam insuficientes diante das demandas existentes. São apenas quatro os hospitais credenciados para a realização da cirurgia em todo o Brasil e as condições de seu funcionamento parecem estar longe de serem as ideais. Para uma visão elaborada a partir de uma experiência neste tipo de serviço, ver Almeida (2010).

Meu esforço aqui é revelar como a saúde – e sou uma defensora do SUS – é o setor de governo que mais avançou na garantia dos direitos LGBT no geral, [...] por exemplo, em relação à política de enfrentamento da Aids. Mas o que eu gostaria de discutir hoje é que, ao mesmo tempo em que avançamos em termos de políticas públicas, a lógica do binarismo de gênero comparece nessa formalização da política pública, comparece na forma com que o movimento social vem reivindicando seus direitos sexuais e de gênero, e penso que é sobre tais aspectos que devemos pautar nosso debate, nosso esforço crítico em relação ao modo como fizemos as coisas até agora. Os debates travados durante o seminário questionaram a relação normativa constitutiva entre corpo sexuado e identidade, ou entre a forma do corpo e a identidade, e chamaram a atenção para a inexistência de outro vocabulário para dialogar com as políticas de governo voltadas para travestis e transexuais que não seja profundamente marcado por termos médico-psico-biológicos. ‘Se insistirmos que transexualidade não é doença, que um diagnóstico não é o que define a sua existência, quem é o sujeito de direito trans?’, ‘Há espaço nas agendas políticas para essa desconstrução?’, ‘Como dismantelar o controle do Estado sobre os nossos corpos?’ (trecho da exposição de Tatiana Lionço).⁴¹

Podemos considerar que um dos efeitos da ampliação da discussão sobre o processo transexualizador é a multiplicação de sujeitos que passam a adotar essa identidade. A entrada do processo no SUS e o debate daí ocasionado por si sós ampliam o conhecimento dessa possibilidade de identificação, mas não apenas. O fato de não ser um serviço franqueado a travestis ou a quaisquer outros sujeitos que queiram passar por processos de hormonização, realizar implantes de silicone ou retirada de mamas, por exemplo, e ser um serviço destinado única e exclusivamente a transexuais diagnosticados como

⁴¹ Alguns trabalhos que destacam essa relação “médico-psico-biológico”: Zambrano (2003); Bento (2006, 2008); Vianna e Carrara (2007); Arán e Murta (2009); Leite Jr. (2011). Outras contribuições para o debate sobre a despatologização das transexualidades no Brasil, considerando a garantia de acesso à saúde integral pelo Sistema Único de Saúde, podem ser encontradas em Almeida e Murta (2013).

tal pode provocar a adesão a essa categoria identitária como uma chave de acesso aos serviços.⁴² Mas um efeito de migração de outras identidades para a transexualidade pode também estar relacionada ao desejo de um reconhecimento pelo feminino:

Se você conversar com dez, quinze travestis, verá que hoje elas estão com a cabeça atordoada, pensando em fazer cirurgia, sem sequer saber se de fato são transexuais, porque a diferença é muito pouca, as diferenças são aquelas que não estão em conformidade com seu sexo biológico e que querem fazer a cirurgia e aquelas travestis que realmente estão satisfeitas com seu sexo biológico, com o pênis que ajeitam no meio das pernas, mas que querem e lutam pelo direito de serem reconhecidas como 'femininas' e terem reconhecido seu nome social. (trecho da exposição de Fernanda Benvenutty⁴³ no Seminário Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde).

Assim, essa escolha identitária não pode ser analisada apenas pragmaticamente como uma forma de acessar um serviço. Poderíamos dizer que os debates em torno do Processo Transexualizador dão novos contornos e teor discursivo à diferenciação entre travestis e transexuais. Bruno Cesar Barbosa (2011, 2013), por meio de trabalho etnográfico realizado em reuniões chamadas “Terças Trans”, sediadas no Centro de Referência da Diversidade de São Paulo – CRD –,⁴⁴ localizou uma miríade de categorias que as pessoas usavam para se identificarem e dedicou-se a percorrê-las, seguindo as formas como eram enunciadas. O autor discorre sobre a produção performática de tais categorias e

⁴² Em trabalhos que acompanharam a experiência de pessoas transexuais, tanto Bento (2006) quanto Teixeira (2009) apresentam de maneira bastante sensível como sujeitos manejam as expectativas de equipes de médicos e psicólogos adequando-se a elas em relação à “transexualidade verdadeira”. Constroem, assim, narrativas e performances de acordo com o que se espera como padrão de comportamento e subjetividade para receberem o “diagnóstico” que permita a inclusão em programas nos quais poderão ter acesso a procedimentos de transformação corporal.

⁴³ Apresentada, no momento do seminário, como “ex-presidente e atual relações públicas” da Associação de Travestis da Paraíba – Abrapa.

⁴⁴ As reuniões eram organizadas pela Secretaria de Travestis e Transgêneros da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT). O CRD é um equipamento público da prefeitura de São Paulo que se localiza no centro da cidade.

sobre o acionamento de elementos como cor/raça, classe, geração, que se interseccionam na produção dos significados e dos sentidos que distinguem travestis e transexuais.

A diferenciação entre os termos tem um histórico traçado pela medicina psiquiátrica: travestis como fetichismo e transexualidade como transtorno.⁴⁵ Mas, no dia a dia do campo político observado, são termos que ganham significação justamente na diferenciação entre si e espelhados na projeção do que seria a “mulher heterossexual natural”, o “cume da feminilidade”, para usar expressões localizadas pela pesquisa de Barbosa (2013). Algumas definições observadas pelo autor durante as reuniões das Terças Trans foram: “as travestis seriam ‘menos’ mulheres que transexuais” ou estariam no “campo do indefinido”, pois não desejam realizar a cirurgia. A diferenciação entre travestis e transexuais é situada conforme um espectro que gradua “o desconforto com o órgão genital”. Transexuais estão idealmente localizadas do lado extremo do desconforto, e travestis, do outro.

Barbosa localizou uma série de expectativas “convencionalizadas” para o comportamento de travestis e transexuais entre o público das Terças Trans. Além de gênero e sexualidade, essas convenções intersectam aspectos relacionados a estilos de classe, cor/raça e geração. De travestis, espera-se uma composição de elementos e estilos corporais exagerados, como uso de silicone em grandes quantidades, formas escrachadas de expressão, “um esforço pelo feminino que beira o exagero”, por isso mesmo, malsucedido. Já entre transexuais, o gestual seria comedido, o esmero na depilação de pelos faciais e outros ocultamentos de marcas corporais consideradas masculinas são indispensáveis, os cabelos bem tratados e ajustados e as transformações cuidadosamente construídas para serem “naturais”. Nesse caso, não há necessidade de “fazer esforço para parecerem mulheres, são naturalmente femininas” (Barbosa, 2011, p. 37). O autor nota que travestis são, de uma maneira geral, localizadas em um “gradiente de cor da pele mais escura”, são mais pobres e menos escolarizadas. As características de raça/cor aqui podem estar relacionadas à sensualidade e a certa provocação que

⁴⁵ Ver Leite Jr. (2011).

remetem ao universo da prostituição. Entretanto, o autor faz a ressalva de que esses elementos não podem ser tomados de forma absoluta, mas devem ser encarados a partir de uma perspectiva fundamentalmente relacional.⁴⁶

Cabe, por fim, destacar que o trabalho de campo realizado por Bruno Cesar Barbosa encontrou também pessoas que oscilavam situacionalmente, identificando-se ora com um, ora com outro termo, ou que não se identificavam com nenhum deles. Além de “travestis” e “transexuais”, apareceram “trans”, “transex”, “mulher que vive a transexualidade”, “mulher”, entre outras categorias.

[...] Essas confusões de identidade dos Ts... é só nos Ts, viu? Onde tiver um T, tem uma confusão, porque sempre tem uma que não é mais transexual, a outra que não é mais travesti, a outra que... aí tem uma história de transgênero que, graças a Deus, deu muita confusão e as pessoas deixaram de lado, mas sempre está aparecendo alguém que não se enquadra [...] (Fernanda Benvenutty, no Seminário Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde).

[A] travestilidade é uma coisa que é muito fortemente desenvolvida no nosso contexto, na nossa realidade brasileira. Você não vê a travesti como ela é conceituada aqui no Brasil numa Holanda, numa Rússia, numa China ou num país da África por questões sociais e culturais de cada lugar. Aqui existe uma diferença dentro da própria população na forma como ela se autopercebe. Concordo com a Fernanda, também tenho essa visão de que é a mesma coisa, como dizem: ‘negros e brancos são todos iguais’. Mas a questão é que existem diferenças de autopercepção; [...] elas se digladiam, essa população, porque existe esse estigma carregado com a palavra travesti e a maioria da população transexual não quer

⁴⁶ Barbosa aciona o exemplo de Tina para ilustrar este ponto. Tina se identifica como “mulher transexual”, “mulher vivendo a transexualidade” e como “negra”, adotando cabelos cuidadosamente arranjados em estilo “afro/black” e vestimentas que “denotavam interesse por tendências de moda associadas a estilos de classe mais elevados”. Seu timbre de voz é feminino, sua silhueta é magra e “sem exageros de silicone”. Mesmo tendo a pele mais escura, não piraam suspeitas sobre a “transexualidade” de Tina, pois outros elementos de diferenciação articulados ganham preponderância nesse contexto (2011, p. 41).

estar inserida. Existe a questão da travesti, a Fernanda é uma travesti que se considera mulher, mas a nossa experiência mostra que a grande maioria da população travesti, por diversos motivos, não se autopercebe enquanto mulher e acaba por discriminar a transexual por se reconhecer enquanto mulher, então fica essa guerra (Carla Machado, no Seminário Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde).

Até aqui me referi mais enfaticamente às travestis e às transexuais. Vimos que, nos documentos percorridos, a referência a homens transexuais aparece pela primeira vez em 2008.⁴⁷ Guilherme Almeida (2012) expõe mais alguns dos matizes em torno da transexualidade ao refletir sobre “homens trans”:⁴⁸ uma categoria identitária em “ascensão” no Brasil nos últimos anos; ainda que estejam representados em número reduzido no interior da movimentação política, oferece uma outra perspectiva interessante para a compreensão do campo.

A busca do acesso às modificações corporais tem tido o efeito colateral de produzir uma identidade social radicalmente distinta para além das paredes hospitalares. Na minha percepção tal identidade vem se construindo menos em função do diagnóstico psiquiátrico e mais na suposição de uma completa adesão aos signos corporais e aos comportamentos sociais que constituem as masculinidades, principalmente em seu ‘modelo convencional’ (Almeida, 2012, p. 516).

O autor enfatiza que a experiência da transexualidade para esses sujeitos pode se dar de maneiras muito distintas, como o recurso a vestimentas e outros acessórios, faixas torácicas para ocultar os seios, o uso de hormônios e a realização de cirurgias. No mesmo sentido de diversidade de vivências, Almeida faz questão de destacar como

⁴⁷ Apenas em 2010, uma resolução do Conselho Federal de Medicina retirou o caráter experimental da cirurgia de redesignação do sexo feminino para o masculino.

⁴⁸ O autor esclarece que, para as reflexões realizadas, considera “como equivalentes as categorias empíricas ‘homem transexual’, ‘homem trans’, ‘trans-homem’, ‘transman’, ‘FTM’ ou ‘transexual masculino’”. E escolhe utilizar o termo “homem trans” no sentido de “condensar a experiência da transexualidade masculina” (Almeida, 2012, p. 513).

características de classe, cor/raça, geração, origem e orientação sexual concorrem para imprimir os contornos dessas experiências. Ele registra ainda a “reabilitação do termo transexualidade, apreendido como descritor de vivências particulares, e não como patologia” (2012, p. 518).

É interessante como o autor nota que a transexualidade não é adotada como uma categoria identitária total por esses sujeitos, mas como um adjetivo, sempre precedida pelo substantivo “homem”. Para alguns, a identidade trans se configura como uma condição temporária, uma ferramenta de acesso institucional.⁴⁹ Essa recusa se daria não necessariamente por seu caráter patologizante, mas pelo desejo de se identificarem e serem reconhecidos plenamente como homens: “há alívio diante do encontro com uma unidade semântica capaz de oferecer inteligibilidade a suas trajetórias pessoais até então inomináveis e, por isso mesmo, mais abjetas” (Almeida, 2012, p. 517).

Outra dimensão fundamental trabalhada por Guilherme Almeida está diretamente relacionada às políticas de identidade e representação, tal como vêm sendo articuladas na atualidade. Trata-se da relativamente rápida capacidade de *passing* que homens trans conseguem desempenhar. Almeida reconhece que esses sujeitos, por meio da bem-sucedida e elaborada construção corporal de signos reconhecidos como masculinos, em especial após a realização da mastectomia e do uso continuado de testosterona, conseguem o “desconhecimento social da condição FTM”.⁵⁰

Em outras palavras, o uso da testosterona no caso dos homens trans, ao contrário do que ocorre com as mulheres trans, torna-os bastante próximos fisicamente às expectativas sociais de como deve parecer um homem, o que contribui para invisibilizá-los. Essa invisibilidade adquirida com frequência a duras penas significa para a maior parte um agradável momento de trégua na estressante e contínua batalha por respeito à identidade/expressão de gênero. Por esse motivo, não sei se homens trans desejam comunidades reais e muito menos formar

⁴⁹ Ao processo transexualizador, por exemplo.

⁵⁰ A sigla FTM (*female to male*) indica a transição feita do feminino para o masculino, e a sigla MTF (*male to female*) indica a transição de masculino para o feminino.

grupos políticos, ou se a necessidade de encontrar pares se basta nesses encontros pontuais elou virtuais de socialização. É possível que o desejo predominante seja de fato o de sumir na multidão, o 'direito à indiferença'. Este é facilitado pelo fato de que o passing, como dito, é obtido com facilidade (Almeida, 2012, p. 519).

Essa “invisibilidade” dos *homens trans* concorre diretamente com a “visibilidade” massiva tomada como estratégia de afirmação política privilegiada pelos movimentos sociais.

Não ficamos na saúde da mulher, não ficamos na saúde do homem, aí vem o Plano de Enfrentamento da Aids e também não estamos, em nenhum dos Planos, nem no Plano de Feminização, nem no Plano de HSH, gays e travestis, também não pegamos Aids, não nos infectamos.

A questão dos homens trans é complicada e não tenho muito a falar. As outras demandas são as mesmas que têm as mulheres trans e, algumas vezes, as mesmas das travestis. Acho que a pior de todas pra nós é realmente a invisibilidade, em todos os sentidos (Trechos da exposição de Alexandre Santos [Xande], no Seminário Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde).

Em junho de 2012, em um evento realizado em São Paulo, foi fundada a primeira Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), contando naquele momento com a participação de 17 “homens trans” de diferentes locais do Brasil. Essa associação nasceu se posicionando mais claramente a respeito da despatologização da sua identidade. Por ocasião do I Encontro de Homens Trans do Norte e Nordeste, em junho de 2013, foi aprovada uma “Moção sobre a reformulação da Portaria do Processo Transexualizador no SUS e a despatologização das transidentidades”. Nessa moção, os participantes do encontro manifestaram-se muito claramente exigindo a retirada da obrigatoriedade do diagnóstico como condição para modificações corporais e pelo fim da compulsoriedade da psicoterapia pelo

período de dois anos, sem, entretanto, desconsiderar a importância do acompanhamento terapêutico como escolha e direito dos sujeitos.⁵¹

Na Conferência Nacional GLBT e nas etapas que a antecederam, quando se colocaram cotas de participação por gênero, travestis e transexuais foram incluídas na cota de gênero feminino. Em 2008 ainda não existiam homens transexuais visivelmente no campo, mas na Conferência de 2011 estiveram presentes e foram incluídos na cota de gênero masculino. Uma mulher lésbica não pode se identificar com o gênero masculino sem assumir uma identidade "trans", e o mesmo ocorre com homens que queiram se identificar com o gênero feminino, mas não como travestis e transexuais. Claramente, nessa esfera de negociação e ocupação de um espaço político, não se rompeu com o binarismo.

"Homens e Mulheres têm *gênero*. Travestis e transexuais têm *identidade de gênero*". Esta frase, dita de forma irônica e provocativa por um participante do Seminário discutido acima, é um forte signo dos limites da linguagem e das políticas colocadas em curso. A assunção da *identidade de gênero* como nova categoria, "por entender que *gênero* não atende a todas as questões de gênero", me parece um sinal de que a política (ainda?) compreende gênero como uma outra maneira para falar de sexo (anatômico). Procura-se resolver a limitação de uma categoria por meio da utilização de outra, por sua vez, não menos limitada.⁵² O esforço de produzir novas categorias, seguido pelo esforço de produção de diferenciação entre elas (realizado pelo campo biomédico, pelas

⁵¹ Trecho da moção: "A exigência de um diagnóstico de nossas transidentidades invalida nossa capacidade de decisão sobre nosso próprio corpo, submetendo esta decisão a uma equipe de profissionais da saúde e ferindo nossa dignidade. Repudiamos e solicitamos a imediata retirada do diagnóstico. [...] Consideramos ilegítimo o estabelecimento de prazo de dois anos para que seja feito este diagnóstico junto a uma psicoterapia compulsória, tendo em vista que a realidade de nossas vidas não se reflete dentro de um período de tempo universal, e nem se resume a estereótipos estanques de gênero. Coerentes com a realidade, demandamos do Ministério da Saúde que não haja tempo preestabelecido, que este seja negociado entre paciente e equipe, respeitando a individualidade da pessoa trans".

⁵² Cabe fazer a ressalva: aqui, refiro-me ao sentido que vem sendo veiculado pelos atores que compõem a cena da "política LGBT" ora apresentada, e não ao sentido da "identidade de gênero" forjada pelo discurso das ciências *psi*, embora os significados remanescentes dessa origem não possam ser desprezados. Para uma aprofundada e acurada leitura sobre "a invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico", ver Leite Jr. (2011).

políticas de governo, pelos próprios “nativos” e pelos pesquisadores do campo), explicitam a fragilidade dessas mesmas diferenciações. O “T” coloca em xeque não apenas a estabilidade das outras letras que compõem o coletivo, mas também as categorias “homem”, “mulher”, “heterossexualidade” e “homossexualidade”, forçando as fronteiras do binarismo.

Vianna (2012) comenta uma situação etnográfica do trabalho de Flávia Teixeira (2009) em que uma travesti, a partir de uma transação financeira, travestiu-se de homem e casou-se com uma mulher para obter um visto de permanência no exterior. E assim, por meio desse “arranjo matrimonial” heterossexual, foi possível continuar vivendo do trabalho na prostituição. Em verdade, esse arranjo é algo frequente na trajetória de travestis acompanhadas por Teixeira. A situação provoca deslocamentos variados e desmonta categorias identitárias tão cuidadosamente construídas. Ou, nas palavras de Adriana Vianna: “o fascinante dessa situação debochada é que seu potencial subversivo está na exacerbação das próprias regras e da nossa crença nelas” (2009, p. 243).

Nesse caso, as regras centradas nos sistemas sexo-gênero-desejo podem ser manipuladas, reassaltando a fragilidade dessa estabilização. Em outro sentido, para travestis e transexuais, as políticas voltadas à (homo)sexualidade podem ser limitadoras ou, simplesmente, não lhes dizem respeito, como no caso da união civil destacado na fala de Majorie Marchi, algumas páginas atrás.⁵³ Situações como essas desorganizam a coerência e a estabilidade do gênero, dos corpos e de normas reguladoras construídas como um efeito naturalizado de “práticas significantes”, para usar uma expressão Judith Butler.

⁵³ Reproduzo o trecho: “Eu, enquanto travesti, o que é que muda para mim? A minha união civil será como homem, me unir como numa relação homossexual, que não sou. Vou me casar com nome de homem. [...] Mas para mim não faz diferença [...] Vou casar como? Vai ser Felipe casado com Marcelo? Porque a Majorie não existe, a Majorie não tem documento”.

"NÃO SOMOS UM SIMPLES CONJUNTO DE LETRINHAS" – "SEGMENTOS", DISPUTAS E REARRANJOS DA POLÍTICA

Cena 6 – Vinte e nove de outubro de dois mil e onze

Era outubro de 2011. No auditório do Hotel Jaraguá, centro de São Paulo, acontecia a II Conferência Estadual LGBT. Estávamos em plenária e era o momento de decidir como seria a composição de chapas para a eleição de delegados para a etapa nacional da conferência. Eu estava sentada no fundo do salão junto de outras pessoas (mulheres) quando uma menina nos abordou com uma proposta. Dizendo-se preocupada com a possibilidade de mulheres lésbicas e bissexuais serem "invisibilizadas" por conta da maioria de homens gays, travestis e transexuais presentes, nos apresentou a proposta de que a eleição não fosse feita por meio de chapas, mas por "segmento", ou seja, a composição teria que ter necessariamente uma lésbica representando lésbicas, um gay representando gays, uma travesti... Outra justificativa que apresentou era de que as chapas normalmente seriam formadas por pessoas ligadas a grupos/ organizações dominantes e, por "segmentos", isso obrigatoriamente teria que ser mais diversificado.

A proposta foi apresentada à plenária com a explicação de que cada "segmento" deveria votar em seu representante individual por segmento: gays, lésbicas, travestis e transexuais. Não mencionaram bissexuais e, diante dos protestos que se seguiram a isso, explicaram que não seria necessário que bissexuais fossem representados especificamente, pois já estariam representados por gays ou lésbicas.

Terminada a apresentação, a representante do Conselho Nacional LGBT interveio e disse que a composição de chapas por segmentos feria o regimento nacional que estabelecia a proporção de 60% de gênero feminino e 40% de gênero masculino para a composição da delegação.

Novamente, os proponentes da eleição por “segmento” se manifestaram, dizendo que a proporção de gênero seria respeitada. No total de 27 delegados a serem eleitos, estariam dez lésbicas e bissexuais, sete travestis e transexuais e dez gays. Uma das proponentes justificou: “eu, mulher bissexual e feminista, não me sinto à vontade para falar pelos homens gays e pelas trans, assim como não aceito que homens gays falem por mim. Então, a proposta é manter a proporcionalidade, mas por segmento”.

Outros participantes ainda se manifestaram contra: “O movimento é para todos, não somos um simples conjunto de letrinhas”; “As travestis e transexuais são o segmento mais vulnerável, é injusto que tenhamos menos vagas. Além disso, são dois segmentos em um, não dá pra ser 3,5 transexuais e 3,5 travestis”. E a proposta de “segmentação” perdeu.

A discussão dessa proposta foi um dos momentos de ebulição da II Conferência Estadual LGBT de São Paulo. As plenárias, como visto no capítulo 1, são espaços privilegiados para que as distensões existentes se coloquem a descoberto. Nessa situação, a comoção pode ter sido gerada pelo alegado absurdo da obrigatória representação identitária de delegados, ou por esse formato de eleição dificultar a junção de grupos que já estariam pré-acordados em compor, ou por alguma resistência relacionada especialmente às pessoas que fizeram a proposta. Em cada discussão encenada nesse espaço podemos perceber níveis diferentes de disputa e negociação.

Atentando para atos de fala e enunciações de posicionamento, temos de volta aqui questões já apontadas no capítulo 1, relativas a enfrentamentos por representação. Quem pode representar o quê e qual a representação mais legítima são definições passíveis de compreensão apenas em relação ao jogo político encenado. Jogo que se faz produzindo diferenciações e selecionando quais são os mais e os menos inseridos, quais incorporam melhor as marcas consideradas legítimas, e quais são os que melhor as articulam retoricamente ou expressam as conexões e as alianças tidas como mais rentáveis para

a disputa. As plenárias são palco de disputas pessoais tanto quanto de disputas por espaço público político.

Na cena anterior, por exemplo, a exclusão de bissexuais dos "segmentos" expõe o entendimento, por parte de alguns, de que bissexualidade não definiria uma identidade *per se*. Se uma mulher é bissexual e se relaciona com outra, automaticamente poderia ser representada por uma lésbica e o processo correlato aconteceria com homens bissexuais.

Ainda na mesma conferência, outra cena revela esse tipo de questão de modo bastante claro: era o momento de eleição das vagas de delegados para a conferência nacional. Quatro chapas foram compostas para essa eleição, apresentando as suas candidaturas em plenária. Foram elas:

Chapa 1: 'Aliança feminista contra a homofobia'

A apresentação da chapa foi feita por uma 'mulher, lésbica e negra' que conclamou a representação da 'periferia'. A chapa se colocou como representativa das religiões de matrizes africanas, pastores, 'pessoas que estão na academia estudando as questões da comunidade LGBT', da Marcha Mundial das Mulheres, de organizações do interior e da Aliança Paulista.⁵⁴ 'A aliança está comprometida com o processo, com o feminismo'. Apesar de não se identificar assim, a chapa foi lida como composta por pessoas ligadas ao PT.

Chapa 2: 'Independência ou morte'

A apresentação da chapa 2 foi feita por uma mulher transexual: 'além de transexual, eu sou índia, eu sou mãe de santo'. A chapa se colocou como a de maior representatividade [em quantidade] de travestis e transexuais, mencionou a defesa do PLC 122 e a despatologização da

⁵⁴ De acordo com o blog Aliança Paulista LGBT, o fórum é constituído pelas "seguintes entidades: 1. Visibilidade LGBT – São Carlos; 2. Corsa – São Paulo; 3. Diversitas – Taboão da Serra; 4. GESC – Presidente Prudente; 5. A REDE de Cidadania – Jales; 6. ONG Primavera – Sertãozinho; 7. Grupo Diversidade em Ação – Jandira; 8. CAD – Limeira; 9. Movimento LGBT de Rio Claro – Rio Claro; 10. Triunfo da Razão de Viver – Jandira; 11. Somos – Araras; 12. Núcleo LGBT da Associação São Jorge – Guarulhos (Em: <http://aliancapaulistalgbt.wordpress.com/about/>. Acesso em abril de 2013).

transexualidade. Alguns trechos do discurso da responsável pela defesa da chapa: ‘o crime contra travestis e transexuais é muito pior, porque as pessoas não nos veem como mulheres, mas como homens vestidos de mulher. [...] chega de negociar a nossa identidade por kit homofobia que nem foi aprovado. O nosso movimento não é partidário, é político-social. [...] nos unimos como travestis e transexuais e depois procuramos parceiros, para visibilizar a posição de travestis e transexuais [...] essa é a realidade do Brasil, de travestis e transexuais que morrem todos os dias [...] nós queremos ir para Brasília mostrar a nossa cara [...] nós não precisamos nos esconder’. Um número realmente grande de travestis e transexuais participantes da conferência integrou essa chapa, que também foi vista como composta por militantes do PSDB.

Chapa 3: ‘Democracia e pluralidade’

A apresentação da chapa foi feita por um homem gay, que expôs como parte da composição as seguintes redes ou grupos: Conexão Paulista LGBT; Fórum Paulista de Travestis e Transexuais; Rede Afro LGBT, Conexão Jovem LGBT, CUT, UNE, ABL, União Juventude Socialista. Alguns trechos do discurso do responsável pela defesa da chapa: ‘temos diferenças, mas temos que construir aquilo que nos unifica. [...] a conquista no Supremo é importante, mas o Congresso tem que aprovar essa lei [da união civil]. Nos orgulha a presença de todos os segmentos que poderiam estar representados, homens trans, travestis [...] mandato de delegado não é cheque em branco, tem que se comprometer. Pela construção mais ampla, mais democrática, mais plural’.

Chapa 4: ‘Rabo Solto’ (‘vai de quatro com o rabo solto’)

A apresentação da chapa foi feita por uma travesti. Reproduzo alguns trechos do seu discurso: ‘[...] quem me conhece sabe o meu posicionamento, desde quando eu me assumi, eu não consigo me enquadrar dentro de alguns parâmetros. Será que estamos fazendo de fato o que deveria ser feito? Somos representantes de uma população. São gays, lésbicas, travestis que estão lá fora. Nós tentamos até o último momento fazer uma chapa única de travestis e transexuais. Algumas pessoas acham que a gente vale ouro, para mim isso é massa

de manobra. [...] aí a gente vai pra Brasília e volta para a violência na Paulista, e não só na Paulista, é na periferia. [...] Apresentando o nome da chapa, eu não preciso dizer mais nada. O que vamos fazer em Brasília mesmo? Vamos questionar ou não? Vote com consciência, não pense só em garantir a sua estadia em Brasília por uma semana'.

Os discursos de apresentação dos próprios candidatos nos permitem antever uma série de elementos que concorrem para a conformação desse campo interno de disputas. Todos são “sujeitos LGBT”, mas se faz necessário o acionamento de outros marcadores ou posicionamentos, para além da orientação sexual e da identidade de gênero – a lésbica negra de periferia ou a transexual, índia e mãe de santo – que agregam valor aos que almejam ser a representação mais legítima do coletivo, oferecendo “múltiplos lugares de solidariedade” (Vianna, 2012). E, assim, apesar da exacerbação de diferenciações (ou especificidades) internas, expõem o esforço de expressar uma unidade constitutiva: “temos que construir aquilo que nos unifica”, “chega de negociar a nossa identidade”.

Cena 7 – Trinta de outubro de dois mil e onze

A votação foi secreta, feita por meio de cédulas, e a Chapa 1 foi anunciada como a mais votada. Ao anúncio do resultado, um dos integrantes e principais articuladores da Chapa 1, Julian Rodrigues, pediu a divulgação do número de votos de todas as chapas. Dos 272 votos válidos: chapa 1 – 106 votos; chapa 2 – 57 votos; chapa 3 – 81 votos; chapa 4 – 28 votos. Imediatamente após a divulgação, Julian comemorou o resultado em plenária aberta e de maneira bastante entusiástica. Ato contínuo, houve uma confusão, algumas pessoas correndo para o fundo do auditório, outras se afastando, enquanto uma aglomeração se formava no fundo da sala. Tudo ficou suspenso e todas as atenções se voltaram para a cena. Alguns minutos depois,

fiquei sabendo que Aghata Lima, integrante de uma das chapas de menor votação, deu um tapa na cara de Julian Rodrigues.

Recorro aqui a relatos feitos a mim durante o evento e às versões postadas em *sites* dos grupos ligados às duas partes da contenda. Segundo me disseram, quando do anúncio da votação, Agatha Lima (que se identifica como mulher transexual) teria se dirigido aos componentes da chapa 1, dizendo algo que condicionava a vitória à sua ligação com o PT. Julian teria então respondido com algo provocativo, que relacionava Agatha ao PSDB, e a essa alteração teria se seguido o tapa na cara.

O blog da Aliança Paulista LGBT, fórum ao qual Julian Rodrigues se filia, divulgou uma “nota de repúdio”⁵⁵ relacionada ao episódio, na qual, sem mencionar o nome de Agatha, dizia que em momento de comemoração, Julian “recebeu covardemente um tapa na cara”, e explica que o ato teria “na verdade por intenção ‘desmoralizar’ o conjunto de forças que compôs a chapa Aliança Feminista”. Alguns trechos da nota:

Nota de Repúdio da Aliança Paulista LGBT

A Aliança Paulista LGBT – rede que congrega grupos e ativistas que lutam diariamente contra a homofobia, provenientes de vários pontos do estado de São Paulo – vem a público manifestar sua total perplexidade e rechaço diante das violentas agressões físicas ocorridas ao final da II Conferência Estadual LGBT no último fim de semana. [...]

Julian Rodrigues, que liderou a formação da chapa ‘Aliança Feminista contra a Homofobia’, que obteve quase 40% dos votos na eleição da delegação paulista à II Conferência Nacional LGBT, recebeu covardemente um tapa na cara [...]. Ao reagir instintivamente contra a agressão descabida, Lula Ramires segurou o braço da agressora para detê-la e esta, totalmente enfurecida, ameaçou revidar, sendo então protegido por Lucia Castro, que o abraçou por trás e o puxou. Ao perceberem o

⁵⁵ Disponível em: <http://aliancagbtsp.wordpress.com/2011/11/02/nota-de-repudio-da-alianca-paulista-lgbt/>. Acesso em: mar. 2013 .

ocorrido, Fernanda Estima – também integrante da chapa vitoriosa – e sua companheira Juliana Lora de Sá acorreram para defender Julian, no que receberam empurrões e tapas de lésbicas de outra chapa, que provocaram vários ferimentos em seus braços. O mesmo ocorreu com Mariana Rodrigues, também eleita delegada pela chapa. Mais tarde, outras ameaças foram feitas a Phamela Godoy, cabeça da chapa, e a mesma teve que sair escoltada do local do encontro.

Ao repudiarmos veementemente esta lamentável violência física que, atingindo a três companheiras e um companheiro de nossa articulação política, tinha na verdade por intenção 'desmoralizar' o conjunto de forças que compôs a chapa 'Aliança Feminista'. É inaceitável que pessoas que se dizem defensoras da população LGBT, tão humilhada por constantes atos de discriminação cotidiana, se valham das mesmas atitudes para com outras e outros militantes da mesma causa. Com esse gesto, sai perdendo a nossa comunidade como um todo.

A Aliança Paulista LGBT se esforça com vistas à organização dos segmentos mais fragilizados que exigem de nós um olhar diferenciado, até por estarmos cientes das vulnerabilidades resultantes da classe social, da bagagem cultural e da escolaridade. Estamos e sempre estaremos abertos ao diálogo e à construção coletiva, com espírito democrático e ético. [...]

Articulando a luta contra o machismo e o racismo (e temos muito orgulho de ver nossa chapa sendo apresentada por uma lésbica negra da periferia), enfrentamos a homofobia sem perder de vista que a sociedade nova que pretendemos construir pressupõe a justiça, a igualdade, a liberdade e a solidariedade. Só assim, TODAS as formas de violência e privação de direitos serão superadas.

Aliança Paulista LGBT [publicada em 02 de novembro de 2011].

Para o que seria o outro lado da história, recorro a dois textos divulgados pelo *site* Diversidade Tucana.⁵⁶ Um deles exprime que o conflito que resultou no tapa na cara teve início em disputa anterior, quando se discutia a maneira como seriam eleitos os componentes do Conselho Estadual LGBT. A contenda estava dividida entre os proponentes de eleições diretas e os de eleição realizada por meio de “entidades representativas”, ou seja, por indicação de ONGs ou grupos. Julian era defensor da segunda proposta, que perdeu a votação. Assim, o episódio da eleição das chapas de delegados seria uma espécie de “troco à derrota política” anterior. De acordo com essa versão, após a divulgação do resultado da votação, “Julian Rodrigues resolveu provocar as travestis e transexuais – mais especificamente, Agatha Lima – pelo fato de esta não ter sido eleita como delegada. Essas provocações se deram por meio de insultos e agressões verbais contra a militante”.⁵⁷

O outro texto, divulgado no *site* Diversidade Tucana, apresenta uma nota de “Posição Oficial” a respeito do ocorrido.⁵⁸ O seu conteúdo é bastante interessante, pois afirma que a contenda particular entre Julian e Agatha é apenas a “ponta do iceberg” de questões mais profundas, envolvendo o movimento LGBT local. Sem se deter muito nos pormenores do atrito entre as duas pessoas, o texto discorre sobre outros acontecimentos que perpassaram o evento:

Posição Oficial do Diversidade Tucana sobre acontecimentos da II Conferência Estadual LGBT de São Paulo

O Diversidade Tucana repudia qualquer forma de violência – seja física, seja verbal. Atuamos e acreditamos no debate de ideias, visões de mundo, propostas, ações. Também não pretendemos julgar as diferentes versões do episódio e definir vítimas e algozes. Porém, acreditamos ser necessário

⁵⁶ Núcleo de Diversidade Sexual do PSDB fundado em São Paulo em 2006. Disponível em: <http://www.diversidadetucana.blogspot.com.br/2010/05/diversidade-no-psdb.html>.

⁵⁷ Texto assinado por Dario Neto e publicado no blog Diversidade Tucana. Disponível em: <http://diversidadetucana.blogspot.com.br/2011/11/violencia-de-quem-cara-palida.html>. Acesso em: mar. 2013.

⁵⁸ Texto disponível em: <http://www.diversidadetucana.blogspot.com.br/2011/11/posicao-oficial-do-diversidade-tucana.html>. Acesso em: mar. 2013.

desmitificar os acontecimentos da II Conferência Estadual LGBT de São Paulo [...].

O machismo foi a tônica da atuação de diversos militantes da sociedade civil desde antes da abertura da conferência. E se já é inaceitável o machismo que parte de homens e pessoas de identidade de gênero masculina, o que dizer quando ele parte de mulheres? O que dizer quando alguns militantes ainda insistem em rejeitar a união do Movimento LGBT, querendo substituí-la por uma atuação segmentada, em que lésbicas não lutam junto a gays, em que gays não reconhecem a luta de travestis e transexuais, e em que ninguém realmente se importa com a invisibilidade de bissexuais?

O Movimento LGBT paulista há anos sofre recorrentes crises protagonizadas sempre pelas mesmas pessoas. [...]

Ainda assim, essas mesmas pessoas não titubearam em puxar vaías aos representantes do governo do estado e até mesmo ao vídeo enviado pelo governador Geraldo Alckmin exclusivamente para a conferência, afirmando de forma inquestionável o compromisso de sua gestão com o combate à homofobia. Curioso olhar os militantes que vaiavam os aliados presentes como se fossem inimigos e, ao mesmo tempo, lembrar que as lideranças políticas chamadas de aliadas por esses militantes estavam ausentes. Mais uma prova de que, para essas pessoas, não é a atuação o que conta, mas apenas a filiação partidária. [...]

O episódio que envolveu a mulher Agatha Lima e Julian Rodrigues é, portanto, apenas a ponta de um iceberg que, em nossa opinião, o Movimento LGBT Paulista precisa reconhecer e discutir. Ou buscamos uma agenda comum de união do nosso movimento ou aprofundaremos uma espiral autofágica que há anos já vem consumindo a atuação de nossa militância. E, em nossa opinião, o primeiro ponto dessa discussão deve necessariamente ser o verdadeiro reconhecimento e a visibilidade das demandas de travestis e transexuais, para que possamos sair do discurso demagógico e paternalista que tomou conta

deste movimento e possamos avançar verdadeiramente em espaços de protagonismo para as Travestis e Transexuais.

[...] Acreditamos em uma nova relação da militância LGBT com seus atores partidários, de simbiose e não de subjugação. Somos um grupo partidário que luta por um Movimento LGBT independente de partidos e governos, forte, unido e com o compromisso único com a vida e os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais do Brasil.

Diversidade Tucana – Secretariado de Diversidade Sexual do PSDB [nota publicada em 04 de novembro de 2011].

Na época do episódio, o governo do estado e a prefeitura de São Paulo funcionavam sob a gestão do PSDB. Assim, as políticas voltadas para a “diversidade sexual” nos dois âmbitos eram conduzidas por pessoas ligadas ao partido. Em janeiro de 2013, um governo do PT, com Fernando Haddad, tomou posse na Prefeitura de São Paulo, e Julian Rodrigues foi nomeado para a coordenação da CADS – Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual, órgão inserido na estrutura municipal do governo.⁵⁹

Ao reproduzir extensamente as notas das duas partes, não pretendo avaliar quaisquer dos lados como mais ou menos coerentes em suas justificativas, entretanto creio que a contenda possa ser tomada como profundamente ilustrativa de algumas tensões significativas, e não restritas a esse grupo de pessoas particularmente envolvidas. Se, aqui, os relatos apontam para uma dimensão circunscrita, que seria o movimento LGBT paulista, creio que eles desenhem uma dinâmica que possa ser tomada como mais ampla do campo das políticas LGBT no Brasil. Esse tipo de conflito não é novidade em São Paulo, assim como pode acontecer, com outras variações e outros elementos, em

⁵⁹ Em certa ocasião, durante o trabalho de campo, ainda no início de 2011, conversava com uma ex-contratada da Prefeitura de São Paulo sobre a minha dificuldade em encontrar alguém disposto a me receber para uma entrevista. Ela me disse que era “assim mesmo”, pois “eles acham que gente da academia é do PT, logo vai ser contra o governo do PSDB”.

todos os locais em que exista acúmulo de militância e de construção de políticas relacionadas ao tema.

Essas cenas falam sobre cisões que podem estar personificadas em determinadas figuras do campo, sobre a formação e a dissolução de redes e alianças. Quando em situações desse tipo, todo o campo é movimentado e chamado a se posicionar. No caso em questão, por exemplo, muitas discussões a respeito de formas de violência que circulam no interior do próprio movimento foram feitas. Talvez essa seja uma dinâmica própria do percurso de um movimento social que nasce e se expande a partir de cisões internas e da multiplicação de arranjos, inclusive institucionais.⁶⁰ Esse percurso envolve trajetórias pessoais, partidos políticos e diferentes tipos de gestão governamental, que amplificam os conflitos produzidos pelas políticas de identidade que contribuem para a multiplicação das “especificidades”. Se no evento acima, realizado em São Paulo, aparece a *lésbica/gay/travesti/transsexual negra e de periferia*, nos eventos que acompanhei no Rio de Janeiro, o personagem correspondente é a *lésbica/gay/travesti/transsexual morador(a) de favela*.

As “especificidades” surgem com uma eficácia bastante produtiva e mobilizadora em termos de enunciação e atração de solidariedades, mas, na prática, no cotidiano da aplicação das políticas, podem se transmutar apenas em categorias descritivas. Para dar um exemplo nesse sentido, durante um seminário que acompanhei em 2009, em uma das mesas, estavam presentes gestores de governo relacionados à área da saúde, que trataram, entre outras questões, das políticas de prevenção às DST/Aids. No momento do debate, direcionei aos expositores uma questão: Diante da existência de um plano de “feminização” da epidemia, de outro, voltado para “homens, travestis e HSH”, de uma política especificamente voltada para a “população negra”, um projeto orientado para “populações de terreiro” (todos esses mencionados durante o evento), como se daria a gestão desses direcionamentos ou o cruzamento dessas “especificidades” no cotidiano dos serviços?

⁶⁰ Dinâmica já enfatizada desde MacRae (1990) e abordada novamente sob outro ângulo por Facchini (2005).

O conjunto das respostas foi interessante. Uma das pessoas respondeu que “um plano pega ou não pega”, “o cruzamento não acontece”. De acordo com essa expositora, “os gestores são chamados para discutir em cada fórum separadamente, mas não acontece a liga”. Outra pessoa, envolvida no movimento social, disse que “os planos vêm do movimento, e o movimento caminha em bloco mesmo”. Já a terceira expositora, ao responder, destacou “a perspectiva pedagógica dos planos”. De acordo com ela, os planos são “uma estratégia para forçar a gestão a olhar para o problema”, uma vez que “todo mundo disputa o SUS”. E o que estaria em jogo não seria “apenas o cruzamento das demandas, mas também a colocação das demandas para o SUS”.⁶¹

Um sentido produtivo e interessante para se pensarem as “especificidades” pode ser lido em situações como a relatada na reflexão de Leite Lopes (2011), justamente sobre o processo de criação do grupo responsável pelo seminário mencionado no parágrafo anterior: o Grupo Conexão G da favela da Maré, no Rio de Janeiro. O autor nota que a ênfase na “especificidade” da experiência como “LGBT morador de favela” é feita destacando o contraste em relação ao “gay classe média”, que comporia a maioria do movimento LGBT institucionalizado. Essa distinção por oposição tem eficácia não apenas como um mecanismo de mobilização e formação da identidade do novo grupo, mas também no sentido de ganhar um espaço próprio. No contexto das disputas internas que marcam o movimento, tomar para si o domínio da experiência do “LGBT favelado” empresta legitimidade e garante a delimitação de um lugar no campo. O Conexão G é o primeiro e, até o momento, o único grupo LGBT formado por moradores de favela e sediado nesse espaço.

Como visto na seção anterior, travestis e transexuais disputam entre si os significados das categorias que as identificam. Ao mesmo tempo, podem se unir na acusação de que são usadas para dar “a cara do movimento” quando conveniente, enquanto as suas demandas particulares são preteridas. Assim, acusam o movimento LGBT

⁶¹ Essas falas foram registradas em caderno de campo durante o seminário Refletindo sobre Políticas Públicas para a População LGBT Moradora de Favelas, promovido pelo Grupo Conexão G, durante os dias 5 e 6 de novembro de 2009, no Rio de Janeiro.

mais amplo de discriminá-las. A mesma acusação também é feita por mulheres lésbicas que, por vezes, podem se unir a travestis e transexuais em uma acusação uníssona de machismo por parte da maioria de homens gays que compõem o coletivo. Outras vezes são lésbicas e travestis que brigam entre si, em disputas internas desse feminino, como na situação reproduzida na cena 3 do capítulo 1. Assim como abordado nesta, a contenda que se desdobra a partir da cena 7 é também construída com base na relacionalidade que envolve, além das identidades, outros marcadores, como classe e cor/raça. Logo, também é relevante considerar que subjaz a essas disputas uma imagem do *homem-gay-branco-classe média* que serve de modelo *standard* por meio do qual a produção discursiva das outras identidades que compõem o coletivo é forjada, em relações de oposição e espelhamento.

Esses embates entre as “letrinhas” descortinam disputas por legitimidade, retóricas e estratégias políticas de visibilidade e reivindicação e evidenciam a potência contida na instabilidade dessa unidade, uma vez que é justamente essa suposta fragilidade que vem fazendo com que o campo se movimente não apenas para fora, mas também internamente. Se seguirmos as sugestões de Butler (2008), essas dinâmicas de produção e afirmação de identidades por oposição apontam para o “processo ilimitável de significação”, que deve ser o ponto de partida para pensar as “identidades como efeito”, não como “fundantes e fixas”, mas como parte de “estruturas políticas generativas”.

Os processos aqui apontados podem deixar mais claros os limites e os alcances das políticas em curso e, assim, estimular reflexões a respeito de como uma nova população é *gestada e gerida* pelos formatos dados da administração governamental. Pensando nessa perspectiva, o próximo capítulo acompanha parte dos processos que envolvem a implantação de uma política específica, o Programa Rio Sem Homofobia.